

# Assembleia Diocesana de Pastoral 2008

## "PARA CRESCERMOS COMO IGREJA-FAMÍLIA DE DEUS: 4 PILARES ESSENCIAIS"

### **(Instrumentum laboris)**

#### **INTRODUÇÃO:**

Coloca-se hoje nas mãos dos delegados à próxima Assembleia Diocesana de Pastoral, prevista para os dias 27 a 30 de Maio 2008, este **"instrumentum laboris"**, elaborado pela comissão **"ad hoc"** escolhida pelo Bispo da Diocese. O presente "Instrumentum" recolhe já os frutos de trabalhos anteriores levados a cabo na Diocese em vista da mesma Assembleia, nomeadamente a redacção dos "Lineamenta" sobre a temática da Assembleia, acompanhados de algumas perguntas sobre essa temática, bem como as respostas respectivas dos diferentes sectores pastorais da Diocese.

A este instrumento de trabalho, que constituirá também o lema da próxima Assembleia Diocesana, demos, com a anuência do Bispo da Diocese, o seguinte título: **"PARA CRESCERMOS COMO IGREJA-FAMÍLIA DE DEUS: QUATRO PILARES ESSENCIAIS"** (*em crioulo: "Pa no kirsi suma Igreja-Familia di Deus, ali no kuation firkidja"*)

Este título compreender-se-á melhor ao verificarmos que o tema da próxima Assembleia Diocesana de Pastoral se inspira directamente no texto da CERAO "Plano de Acção Pastoral 2004-2009", redigido após a publicação de "Ecclesia in Africa" e com o qual os Bispos da CERAO deram cumprimento ao desafio do Papa João Paulo II, incentivando-os à elaboração dum Plano Pastoral comum, deixando de continuar a trabalhar mais ou menos isoladamente, como acontecia até aí.

Agora para nós, em 2008, trata-se duma escolha e dum tema que procuram sintonizar nossa Igreja particular com as Igrejas-irmãs da África Ocidental e, ao mesmo tempo, aprofundar a nossa opção pastoral fundamental pelo "aprofundamento e vivência da Igreja como Família de Deus" (projecto diocesano 2002-08, renovando a escolha feita pela Assembleia diocesana de 1996). Pretende-se levar a efeito **uma reflexão profunda, de carácter teológico-pastoral**, sobre as bases mais consistentes e duradouras que hão-de apoiar toda a nossa acção pastoral nos anos que se avizinham. E, para fazer isso, em união com a CERAO, iremos apoiar-nos em **quatro pilares fundamentais (estratégicos)**, que finalmente não são mais do que os já apresentados pelas primeiras comunidades cristãs (Act.2,42-47). São eles: a comunhão, a liturgia, o testemunho e o serviço.

Diante desta escolha e deste tema, poderemos desde já prever que nossa próxima Assembleia Diocesana não será provavelmente uma "reunião magna" de grandes e inesperadas decisões, mas sim uma serena e empenhada análise do modo como estamos, ou não, a basear sobre a "rocha firme" desses quatro pilares fundamentais todas as opções pastorais que já tomámos anteriormente, sobretudo desde 1988. Imaginamos e

desejamos que possa ser uma Assembleia de *exame de consciência colectivo* e de “regresso às origens”, para bebermos da “água pura” dos inícios da Igreja de Jerusalém e para podermos viver melhor nossa Igreja de Bissau como uma Igreja-Família de Deus.

Ao prepararmos este instrumento de trabalho para os delegados à Assembleia Diocesana, desejámos que lhes pudesse ser útil em **dois momentos**: *antes do início da Assembleia* (como um instrumento de reflexão individual e se possível também com sua comunidade paroquial, sobre o tema da mesma); e *durante a Assembleia* (como um ponto de referência para a elaboração de propostas e/ou moções concretas a fazer. Efectivamente, a Assembleia será tanto mais proveitosa para toda a Diocese quanto os seus delegados nela participem consciente e empenhadamente, e dela possam sair algumas orientações práticas para o futuro próximo de nossa Diocese.

Para a composição deste “**Instrumentum laboris**” achou-se conveniente dividi-lo em **duas partes**. Na primeira delas, começar por se recordar sumariamente os passos que foram já dados anteriormente em nossa Diocese, em outras Assembleias pastorais, a caminho da obtenção de linhas comuns de pastoral. É bom ter presente agora esse caminho já percorrido em comum para nos sentirmos mais envolvidos numa caminhada difícil que já vem de longe e que por isso mesmo talvez agora nos dê particular alegria de podermos continuar. Depois disso, recordar também os passos que já foram dados na preparação específica da próxima Assembleia, porque de facto já foram alguns e certamente de valor, sobretudo os referentes ao estudo dos “Lineamenta” por parte das comunidades paroquiais.

Na segunda parte, achou-se útil começar por apresentar uma espécie de “radiografia político-social” do país Guiné-Bissau, onde vivemos com o resto da população e onde se desenvolve nossa acção pastoral. Só depois disso se exporão então os quatro pilares fundamentais de nossa acção pastoral para os próximos anos, procurando apresentá-los de maneira que sua leitura possa levar os delegados a **preparar sugestões ou propostas concretas para a nossa Igreja da Guiné-Bissau a curto prazo.**

São, pois, esses vários subsídios de apoio que apresentaremos de seguida.

## **I PARTE**

### **1. Recordando as Assembleias pastorais anteriores:**

É útil recordar as seguintes **etapas**:

- **1988: 1ª Assembleia do Pessoal Missionário**: com aprovação de algumas linhas pastorais comuns (caminho catecumenal, sacramentos de penitência e matrimónio).
- **1991: 2ª Assembleia do Pessoal Missionário**: aprovação de um objectivo pastoral comum (formação de comunidades vivas) e escolha de duas prioridades (formação dos agentes de pastoral e valorização do caminho catecumenal); criação do secretariado diocesano de pastoral e do Delegado do Bispo para a pastoral nos sectores.

- **1996: 1ª Assembleia Diocesana de Pastoral:** aprovação dum objectivo geral (estabelecimento gradual da “Igreja família de Deus”) e quatro objectivos específicos (formação de pequenas comunidades vivas, Inculturação, Formação de todos os agentes de pastoral, Pastoral Familiar).
- **2001: 2ª Assembleia Diocesana de Pastoral:** elevação dos objectivos específicos de quatro para seis (acrescentando a Juventude e Adolescência, e o Diálogo inter-religioso e inter-étnico).
- **2002: início solene de execução do “Projecto Diocesano 2002-08.** Objectivos e acções, e Estatutos dos órgãos diocesanos de pastoral”, aprovados pelo Bispo da Diocese.

## **2. A preparação da próxima Assembleia Diocesana:**

Foram **já dados alguns passos** necessários na preparação da próxima Assembleia, nomeadamente:

- **21 de Abril de 2006:** envio dos “Lineamenta” do Plano Pastoral a toda a Diocese, elaborado pelo Conselho Permanente do Secretariado Diocesano de Pastoral.
- **30 de Abril de 2007:** fim do prazo de entrega das respostas das comunidades da Diocese às perguntas dos “Lineamenta”.
- **25 de Abril de 2007:** 1ª reunião da Comissão “ad hoc” (preparatória) da Assembleia Diocesana, escolhida pelo Bispo da Diocese (distribuição dos trabalhos necessários para a apresentação do “Instrumentum laboris” em Setembro próximo).
- **03 de Setembro de 2007:** reunião do Bispo da Diocese com alguns dos responsáveis pela elaboração do “Instrumentum laboris”, para análise do primeiro esboço do mesmo instrumento de trabalho, dada a impossibilidade de o Bispo estar presente na reunião de 20 de Setembro próximo.
- **20 de Setembro de 2007:** reunião da comissão “ad hoc” para a apresentação e correcção definitiva do “Instrumentum laboris”.

## **II PARTE**

### **1. Perspectivas de evolução da Guiné-Bissau a curto e médio prazo (pelo Dr. Fafali Koudawo)**

As perspectivas de evolução da Guiné-Bissau a curto e médio prazo são determinadas pela influência pesada de várias tendências que podem ser resumidas em *três D*:

- Desestruturação acentuada do Estado;
- Degradação persistente da economia;
- Desarticulação crescente da sociedade.

Estes factores interagem, sustentando uma dinâmica de círculo vicioso que hipoteca o futuro do país.

## **I. Desestruturação e o retrocesso do Estado**

O primeiro sinal do dismantelamento do Estado é a sua desorganização crescente em todos os níveis. Trata-se de um processo longo que se traduz pelo enfraquecimento das estruturas de concepção, planificação, decisão, implementação, coordenação e controlo do desempenho dos componentes do aparelho estatal. As causas desta evolução envolvem nomeadamente:

- A falta de reflexão estratégica para definir as tarefas do Estado num contexto de mutações rápidas face aos desafios internos e externos;
- O enfraquecimento da noção de Estado e do sentido de bem comum;
- A politização da Administração pública, etc.

Uma segunda manifestação da desestruturação e do retrocesso do Estado é a diminuição do espaço da sua presença efectiva. Este retrocesso coloca à luz do dia uma impotência crescente do Estado. De facto, o espaço ocupado pelo Estado nos anos 2000 é muito inferior ao anteriormente coberto pela sua intervenção tentacular nos meados dos anos 70. A propensão expansionista dos empreendimentos estatais, verificada nos primeiros anos de soberania nacional, parou nos meados dos anos 80, cedendo lugar a uma redução acelerada da sua presença nas áreas económica e social. O fracasso das opções de desenvolvimento implementadas nos anos 70 levou a um impasse económico (endividamento insustentável) que gerou uma dependência em relação aos parceiros internacionais.

O desengajamento do Estado imposto pelos programas de ajustamento estrutural fez minguar o espaço do Estado e desembocar numa espécie de abandono das áreas sociais que são cada vez mais deixadas ao cuidado dos actores não estatais (Igrejas, ONG, associações etc.) Esta evolução afecta sobremaneira os domínios da saúde e da educação.

Uma terceira componente do processo de falhanço do Estado é a má governação. Trata-se de um fenómeno multifacetado que se agravou desde os anos 80, chegando a atingir pontos críticos em certos domínios. Assim, a má governação debilitou a Administração pública, dismantelou a economia, dividiu as forças armadas, originou uma guerra civil em 1998-99, e induziu um golpe de Estado em 2003.

Na fase actual, as suas manifestações mais prejudiciais ao país são:

- A privatização do Estado através de uma corrupção em grande escala que faz prevalecer os interesses privados sobre o interesse geral;
- A criminalização das estruturas do Estado, particularmente através do narcotráfico cujos tentáculos chegam aos mais altos níveis do governo e das forças de defesa e segurança, o que foi demonstrado por vários casos ocorridos em menos de um ano;
- A impunidade e a banalização da injustiça que desprestigiam a instituição judiciária, fazendo correr o risco de uma privatização de justiça como num contexto de anomia.

Em estreita ligação com os fenómenos acima referidos vem a falta crónica de liderança, a ausência de uma visão consensual sobre um desígnio comum, a multiplicação de conflitos entre facções e grupos de interesses específicos, acarretando o descrédito do poder, dos dirigentes e mesmo das instituições. Um exemplo desta evolução é a perda de crédito da Assembleia Nacional Popular cujo lustre diminui à medida que crescem as acusações de tráfico de influência e compra de consciências de deputados.

Esta última evolução soma-se, aliás, a um processo mais antigo de distorção do processo democrático.

Com efeito, o advento do pluralismo em 1991 padeceu de alguns vícios iniciais que não abonaram a favor do enraizamento de uma democracia genuína. A longa transição realizada de

1991 a 1994 conheceu vários percalços que levantaram dúvidas sobre a finalidade e sinceridade do processo democrático. A contestação, embora não violenta, dos resultados das primeiras eleições pluralistas, deixou perplexos largos segmentos de população. Este precedente foi seguido por várias eleições contestadas, contribuindo assim para indexar as eleições como subterfúgios de confirmação do poder do mais forte, do mais astuto para fazer fraudes ou do mais rico.

Ademais, os resultados negativos da primeira alternância política, ocorrida depois da guerra civil, tiveram um impacto negativo tão profundo que desacreditaram a política e os políticos. Só o recurso a temas primários de mobilização tal como a questão étnica contribui ainda para manter acesa a chama de uma certa mobilização popular em nome da defesa de interesses identitários e sectoriais, perigando assim a paz e unidade nacional. Este perigo é tanto mais elevado quanto cada eleição se converte doravante em ocasião de afirmação de identidades e supremacias étnicas e religiosas.

## **II. Degradação da economia**

A debilidade geral do Estado perante as suas responsabilidades tem a sua fonte na fraqueza crónica da economia do país. Depois do período de expansão da economia planificada e centralizada, o país enveredou pelo liberalismo económico, em condições e circunstâncias que não proporcionaram melhorias para a população. A liberalização económica realizada sem as devidas balizas administrativas e sociais não propiciou o crescimento almejado para impulsionar uma regressão da pobreza.

As bases fracas da economia contribuem para estorvar as intervenções de um Estado impotente face às suas responsabilidades primárias nas áreas da educação e saúde, nomeadamente. Uma das consequências mais caricatas da fraqueza económica do Estado é a incapacidade de fazer face aos encargos do próprio aparelho do Estado, mediante o pagamento regular dos salários dos funcionários públicos, o que serve de sustento e álibi para o aumento da corrupção e incúria na Administração pública.

Em decorrência da acima referida evolução negativa, o país perdeu, ao mesmo tempo, a credibilidade internacional e a maior parte da ajuda que recebia dos seus parceiros. A principal responsável pela tendência ao decréscimo do financiamento externo é a má governação que já originou, repetidas vezes, a suspensão ou ruptura de programas assinados com os parceiros internacionais, designadamente o Fundo Monetário Internacional e o Banco mundial.

Um dos factores que sustentam a fraqueza crónica da economia é a debilidade das bases infraestruturais do país. O sector emblemático desta fraqueza é o da energia. A crise energética com a qual o país está confrontado tem várias vertentes. Uma é a forte dependência em relação aos combustíveis derivados do petróleo, importados a custos muito elevados. Mas, a maior, é a fraca capacidade de produção de electricidade que hipoteca os esforços de desenvolvimento em todos os sectores dependentes da energia eléctrica, nomeadamente a indústria, a conservação e transformação de produtos, etc.

Estreitamente ligada à fraca capacidade de transformação de produtos locais vem a dependência em relação à exportação de castanha bruta de caju. Esta dependência que priva o país de importantes rendimentos induzidos pela transformação aprofundou-se nos últimos anos, revelando-se altamente penalizadora para os camponeses, e grandemente geradora de pobreza, pois assimilou-se, nos dois últimos anos a um empreendimento de espoliação dos produtores condenados a aceitarem preços muitos baixos numa troca cada vez mais desigual.

As campanhas de 2006 e 2007, não só privaram os produtores de rendimentos mínimos indispensáveis á sua sobrevivência, mas também diminuíram drasticamente as receitas do Estado ainda mais fragilizado desta forma.

Um último factor conjuntural de peso, que contribui para o aprofundamento da pobreza, é a mudança climática que encurta cada vez mais a estação das chuvas, contribuindo desta maneira para a multiplicação de campanhas agrícolas desastrosas. Assim, a campanha de 2007, que sofreu pesadamente do atraso das chuvas e da insuficiência das precipitações, pode revelar-se deficiente para as necessidades das populações, sobretudo rurais, contribuindo também para o aprofundamento da pobreza.

### **III. Desarticulação da sociedade**

A par da evolução desastrosa da economia, a sociedade sofre uma degradação que atinge os seus fundamentos.

Assim, assiste-se a um desmembramento da família enquanto célula nuclear da sociedade. Este fenómeno afecta, com maior força, os centros urbanos onde o stress económico age como um factor de dissolvimento dos laços que alicerçam as comunidades.

A crise social que começa pela família manifesta-se também pelo recrudescimento da violência como modo de expressão e afirmação social. Esta evolução mina as bases de coabitação pacífica, multiplicando os focos de violência a nível familiar, comunitário, e nacional. Nenhum espaço é poupado, acusando assim um forte recuo da cultura de paz em proveito de uma cultura de violência, sustentada pelo mito da *machundade*, isto é uma virilidade erradamente assumida como demonstração de um potencial de violência.

Ligada a esta onda de violência, está o aumento da delinquência. Outrora pouco estruturada, a criminalidade torna-se cada vez mais organizada, e adquire características de empreendimentos de crime organizado, com ramificações transnacionais e mesmo transcontinentais, como no caso dos tráficos ilícitos, nomeadamente da droga.

O deslize criminoso é facilitado por um processo de perda de valores morais, e a rarefacção de referências positivas para a juventude. Na ausência de modelos edificantes e estruturantes, muitos cidadãos desiludidos e desorientados entregam-se à influência deletéria de seitas.

### **IV. Germes de mudança susceptíveis de uma melhoria**

Face a este quadro sombrio, mas realista, existem ainda, alguns factores positivos sobre os quais é possível basear uma acção de transformação positiva da sociedade e do país. Eles podem ser resumidos por *três M*:

- Mudança de mentalidade;
- Multiplicação de actores não estatais;
- Mulheres.

A mudança de mentalidade está visível numa franja consciente da sociedade. Os jovens, embora sendo os mais fragilizados pelo contexto social pernicioso, fazem parte dos grupos portadores de esperança e mudança. Uma acção positiva bem programada e implementada de forma consistente, nomeadamente através das estruturas de socialização juvenil (associações, clubes, etc.) pode surtir efeitos positivos a médio prazo.

A multiplicação de actores não estatais influentes é uma tendência pesada no país desde a abertura pluralista em 1991. A sociedade civil sobressai em todos os diagnósticos como a franja mais dinâmica dos actores. As dinâmicas associativas e das ONG, impõem-se como alternativas credíveis ao Estado em pleno processo de desengajamento. Estabelece-se assim um sistema de vasos comunicantes em que os actores não estatais ocupam, com sucesso, as áreas abandonadas pelos Estado. Trata-se de um sinal de esperança, portador de mudanças positivas a curto e médio prazo.

As mulheres fazem mostra de um dinamismo cada vez mais acertado como pilares das famílias e actoras económicas, sobretudo no sector informal e rural. Ademais, apesar das desigualdades ainda existentes entre rapazes e raparigas, a escolarização feminina é uma tendência forte que é portadora de mudanças muito mais profundas que todos os germes de mudança actualmente identificáveis.

Estes germes, seleccionados em virtude do seu potencial de inovação, podem servir de base para uma reflexão estratégica sobre as vias de transformação da sociedade guineense que, a priori, apresenta um perfil desalentador além do qual é possível identificar sinais portadores de mensagens de esperança.

## **2. A apresentação do “Plano de Acção Pastoral 2004-09” da CERAO:**

É uma visão teológica grandiosa, onde **na cúpula está Jesus Cristo Salvador**, o Enviado de Deus, que é encontrado, reconhecido, amado e imitado, Ele o Primogénito de toda a criatura, morto e ressuscitado para reunir na unidade os filhos de Deus dispersos (Jo.11,52). **Abaixo dele** e como seu Corpo místico visível no tempo e na história, **está a Igreja Família de Deus**, de que também nós fazemos parte, chamada a ser evangelizada e a evangelizar, a ser no mundo um lugar e sacramento de reconciliação, de perdão e de paz, e fermento de transformação das sociedades e dum mundo novo.

O Plano de acção pastoral da CERAO vislumbra **um horizonte de cinco anos** (2004-2009), onde todos os fiéis de nossas Igrejas da África Ocidental são desafiados a **ser localmente esta Igreja Família de Deus, evangelizada e evangelizadora**, que aceita fazer a experiência do encontro individual e comunitário com Jesus Cristo o Salvador e caminho de santidade. Para fazer esse encontro com o Ressuscitado e para poder ser no nosso ambiente geográfico o sacramento e o fermento que acabamos de referir, nossas Igrejas apoiar-se-ão em **quatro pilares fundamentais ou estratégicos**, a saber: a Comunhão, a Liturgia, o Testemunho e o Serviço.

É esse caminho que **também a Igreja de Bissau** é convidada a percorrer nos próximos anos.

### **2.1 Análise dos quatro pilares fundamentais (estratégicos):**

Analisemos agora, mais em detalhe, cada um dos quatro pilares fundamentais atrás referidos, procurando vê-los tanto no seu aspecto teológico-pastoral como nas interrogações que eles nos possam colocar para a realidade de nossa Igreja na Guiné-Bissau.

#### **A)- COMUNHÃO:**

##### **1. TEXTO DOUTRINAL:**

**“APRENDIZAGEM E VIVÊNCIA DA COMUNHÃO** (por P.Bernardo Gomes)

**A IGREJA COMUNHÃO**

A Igreja é verdadeiramente a Família de Deus construída sobre o amor de Deus, se entre os seus membros houver relações de fraternidade, se esse amor se converter em gestos concretos de solidariedade. Por comunhão entendemos fundamentalmente a comunhão com Deus por meio de Jesus Cristo no Espírito Santo. Esta comunhão existe através da Palavra de Deus e dos Sacramentos. É por isso que a eclesiologia da comunhão funda a correcta relação que existe entre a unidade e pluralidade na Igreja. O único e mesmo Espírito opera através de muitos e vários dons espirituais e carismas (1Cor 12,4ss); a única e mesma Eucaristia celebra-se em vários lugares. Por isso, a única e universal Igreja está presente em todas as igrejas particulares e estas são formadas à imagem da Igreja Universal, de forma que uma e única Igreja Católica existe em e através das Igrejas particulares (LG 23). Portanto, o conceito de *comunhão* significa: a Igreja enquanto comunhão de pessoas é comunhão em Cristo.

## **1. Comunidade, lugar de vida e de manifestação de comunhão**

Na Igreja Família de Deus somos chamados a viver a comunhão. A razão pela qual somos chamados a viver a comunhão na Igreja é que, a fé cristã significa comunhão com Cristo e, através d'Ele comunhão com Deus. Através da Revelação aprendemos que Deus é Uno e trino, que Deus é uma unidade de comunhão de três pessoas distintas. O fundamento desta comunhão baseia-se na relação de amor entre as três pessoas divinas. Em segundo lugar a fé cristã recebe-se da Igreja e conduz a Igreja. Em base a esta verdade se funda a comunhão fraterna (1Jo 1,3; 1Cor 10,14-17). De facto, a palavra comunhão significa duas realidades: “comunhão” e “trabalhocomun”. No primeiro caso significa que sendo unidos formamos um todo unido e no segundo significa partilha de trabalho, de tarefas.

A partir do conceito teológico e referindo-se ao segundo caso da etimologia da palavra podemos dizer que a comunhão significa *vida, união, partilha, com participação e coresponsabilidade*. Neste sentido a coleta a favor da comunidade de Jerusalém delineia a idéia de uma comunhão entre as comunidades (Ro 15, 26) e manifesta a idéia de uma atenção constante ao laço que une os cristãos como resultado de um esforço permanente. Portanto, a comunhão com Deus vive-se e testemunha-se na comunhão eclesial. A fé cristã, não obstante o seu carácter individual, ela é também um facto essencialmente comunitário. Por conseguinte, praticar a *Koinonia* é, em primeiro lugar, testemunhar de forma evidente a dimensão comunitária e universal da fé cristã, isto é, viver o catolicismo, e em segundo, ter consciência viva da nossa pertença à Igreja.

O conceito de *Koinonia* nos convida, portanto, através de uma vida de fé (individualmente e comunitariamente) a dar testemunha de forma clara e alegre de um Deus que é amor. E a partir deste amor fazer da Igreja Família de Deus lugar e sacramento de reconciliação e de paz, fermento de transformação da nossa sociedade e esperança de um mundo novo.

## **2. Paróquia escola de aprendizagem de comunhão**

A paróquia “é uma comunidade de fé e uma comunidade orgânica” (CL 26). Enquanto “comunidade de fé”, ela não é uma associação, nem uma instituição puramente jurídico-administrativa. A paróquia é, antes de mais, o conjunto dos seus membros, a vida que por eles passa e os une numa mesma fé e comunhão em Cristo ressuscitado.

De facto, a fé em Jesus Cristo é uma fé dinâmica, isto é, inseparável da práxis da caridade. Por isso, a mensagem cristã da fé constitui entre os cristãos uma comunhão feita de recíproco amor, que através da fé e da celebração do culto comum é representado como tal. A paróquia é lugar de amor, por isso, a união, a partilha de vida e de bens devem animar e sustentar a sua existência, evitando qualquer forma de individualismo e sectarismo. “Douvos um mandamento novo: que vos ameis uns aos outros” (Jo 13, 34) e “Todos saberão que sois meus discipulos: se vos amardes uns aos outros” (Jo 13, 35). Os laços criados entre nós pelo baptismo e solidificados pela participação na Eucaristia e nos outros sacramentos unificam-nos numa Família para além do sangue, da diversidade de raças, de povos, condições sociais ou qualquer outra situação. A Família de Deus constitui-se à volta de Cristo: da sua pessoa, da Sua Palavra, dos seus actos salvadores. A Família de Deus é universal (LG 48).

A importância da comunhão na vida da Igreja encontrou no Concílio Vaticano II um eco na linguagem doutrinária eclesial, como se pode ler em AG 19 e GS 32. Uma comunidade viva deve fundar-se nas relações de *amizade* e de *fraternidade* de todos os seus membros que participam da vida e da actividade pastoral. Trata-se da co-responsabilidade a qual abordaremos mais a diante. Se faltar a co-responsabilidade não se pode falar de uma verdadeira comunhão, e portanto da Igreja Família de Deus.

A paróquia é também “uma comunidade orgânica”, isto é, organizada e estruturada. Para atingir as suas finalidades como lugar de vida e de partilha; para fundar as relações de todos os seus membros no amor e no serviço a paróquia tem a sua vida e actividades suficientemente organizadas e estruturadas. A organização e as estruturas paroquiais têm a sua razão de ser porque fazem parte da exigência e da comunhão eclesial.

Nas respostas aos “Lineamenta” respondemos que em algumas paróquias se faz a experiência de comunhão, em algumas notase muito individualismo nos cristãos e a sensibilidade da pertença à paróquia não é suficientemente forte na mente de muitos paroquianos pelo que é necessária que os responsáveis da pelo Pai e acolhido pelo Filho. Ele é o amor doado pelo Pai e recebido pelo Filho, que lhe une na reciprocidade e comunidade de “nós” trinitário. Imagem do movimento trinitário do amor, a caridade abre a liberdade do cristão a doação do Pai, ao acolhimento do Filho e a comunhão do Espírito Santo, libertando do egoísmo, do orgulho e da divisão do pecado. A comunhão na caridade liberta a divisão provocada pela recusa egoística e orgulhosa de amar, combate a incomunicabilidade, a conflictualidade e a indiferença que minam e condicionam as relações humanas.

A recusa de doar, de acolher e de comunicar é pecado contra caridade, do momento que tal acto significa recusar de amar a Deus presente no próximo. Por isso mesmo, a falta de amor pelo próximo é pecar contra a única caridade.

*A caridade é doação.* Na doação a caridade do cristão participa da criatividade do amor divino. Sendo ele mesmo dom de Deus, o cristão, por sua vez se faz dom pelos outros. Neste sentido, a gratuidade e a benignidade no dom exprimem o total desinteresse, a plena liberdade, a intenção exclusiva do bem do amado no dom porque o seu amor é somente graça: “o Senhor é bom para com todos” (Sal 145,9). Em definitivo, a universalidade e a indefectibilidade do dom de Deus que não faz nenhuma discriminação concede a todos o seu imenso amor (Mt 5, 45).

*A caridade é acolhimento:* sendo reflexo do amor filial de Cristo, a caridade é acolhimento porque acolhidos por Cristo, nós entramos em relação acolhente de amor como Cristo, com Deus e com todos os filhos de Deus. O amor de Deus só cresce em nós de maneira perfeita se O reconhecemos e O acolhemos nos irmãos: mais pobre, pequeno e necessitado. Cristo está presente nestes. Por isso, acolher o irmão, o mais pequeno é acolher Cristo e através dele Deus Pai (Mc 9,37; Mt 10,40). Acolher o outro na comunhão é fazer dele um irmão em relação de reciprocidade qual que seja a sua condição a nível do ter. Isto é verdade, porque amar o irmão é fazê-lo sentir vivo e cosujeito no amor. A comunhão é sempre um acontecimento recíproco porque o amor cria sempre o amor. A comunhão confere ao outro a incomparável dignidade de filho de Deus. Acolher o outro no amor significa refletir a imagem do Filho. Com efeito, queremos ser, a verdadeira Igreja de Jesus Cristo: una, santa, católica e apostólica, vivendo na unidade, a comunhão com Deus e os irmãos. Diante desta vontade firme e tendo também em conta a nossa fragilidade, talvez seria bom perguntarmos: como conseguirmos ser esta Igreja? Tendo em conta as realidades da nossa Igreja o caminho seria a criação das pequenas comunidades vivas.

### **2.1. A caridade**

Na Igreja Família de Deus, é nas paróquias que a “dimensão universal, a comunhão eclesial encontra a sua expressão mais imediata e visível” (CL 26). A paróquia, normalmente confiada a um território, é o espaço em que decorre a nossa vida cristã suficientemente estruturada e “constituída pelos ministros ordenados e pelos outros cristãos, na qual o pároco, que representa o bispo diocesano, é o vínculo hierárquico com toda a Igreja particular” (CL 26).

A fé em Jesus Cristo é inseparável da práxis da caridade, referimos antes. E a caridade como sabemos é comunhão porque é reflexo do amor do Espírito Santo. O Espírito é a comunhão

procedente da caridade doado A Igreja é verdadeiramente a Família de Deus construída sobre o amor de Deus, se entre os seus membros houver relações de fraternidade, se esse amor se converter em gestos concretos de solidariedade. Por comunhão entendemos fundamentalmente a comunhão com Deus por meio de Jesus Cristo no Espírito Santo. Esta comunhão existe através da Palavra de Deus e dos Sacramentos. É por isso que a eclesiologia da comunhão funda a correcta relação que existe entre a unidade e pluralidade na Igreja. O único e mesmo Espírito opera através de muitos e vários dons espirituais e carismas (1Cor 12,4ss) única e mesma Eucaristia se celebra em vários lugares. Por isso, a única e universal Igreja está presente em todas as igrejas particulares e estas são formadas a imagem da Igreja Universal de forma que uma e única Igreja Católica existe em e através das Igrejas particulares (LG 23). Portanto, o conceito de *comunhão* significa: a Igreja enquanto comunhão de pessoas é comunhão em Cristo.

## **2.2. Pequenas comunidades vivas.**

A questão das pequenas comunidades vivas entra quando colocamos o problema de quais as melhores condições para que a fé seja vivida em profundidade. Analisando bem as nossas paróquias, de modo particular as que têm muitos baptizados e que têm cristãos espalhados por uma área extensa, é difícil afirmar que todos os seus membros estão integrados na vida da comunidade em conformidade com as exigências da fé (espírito de comunhão).

Sabemos que existem cristãos que se sentem profundamente ligados à comunidade paroquial. Existem nas paróquias movimentos ou grupos que juntam alguns membros a fim de suscitar na comunidade paroquial um maior espírito de comunhão. Mas, sabemos que não é suficiente ter movimentos dinâmicos, mas sim que eles vivam e criam a comunhão de toda a comunidade. E as pequenas comunidades vivas reúnem essas condições. Podemos perguntar porquê? A resposta é dada pela natureza da própria pequenas comunidades vivas.

Porque pela própria natureza das pequenas comunidades vivas elas unificam-se na comunidade paroquial numa profunda solidariedade de partilha da mesma fé, da mesma esperança e da mesma caridade, contribuindo assim para a renovação e revitalização da paróquia. Porque as pequenas comunidades vivas são *comunidades de fé*. Nutrida pela Palavra que escuta e medita assiduamente, ela organiza a própria evangelização para depois levar a Boa Nova aos outros (EA 89). As pequenas comunidades vivas são também *comunidade litúrgica e orante*. As pequenas comunidades vivas reúnem-se para rezar, louvar e adorar o Senhor seu Deus e seu Criador. E as comunidades alimentam a sua oração e iluminam a sua vida com a Sagrada Escritura e a Eucaristia. Em definitivo, as pequenas comunidades vivas são forças dinamizadoras da paróquia. Nas pequenas comunidades vivas todos se sentem responsáveis e vivem a espiritualidade de comunhão. Uma Igreja Família de Deus concretiza-se em: procurar ser sinal de reconciliação e de paz; criar laços de amizade e de fraternidade fundados na fé; promover a unidade e a comunhão.

## **3. A espiritualidade de comunhão e tomada de responsabilidade**

A comunidade como escola de aprendizagem deve ser resultado duma espiritualidade de comunhão que conduz o fiel à uma tomada de responsabilidade. Através da imagem do banquete, presente quer no Antigo Testamento quer no Novo, o conceito de comunhão chegou a revestir na Igreja Antiga uma importância central.

Todavia, a ideia de uma comunhão de amor que une todos os cristãos está sempre presente na Igreja. Mas a aspiração na sociedade hodierna cada vez mais anónima, individualista e indiferente suscitou na teologia o recupero da noção de responsabilidade porque a fé sem a obra é uma fé morta. Esta tomada de responsabilidade fundase na unidade e igualdade dos seus membros, porque como se sabe, a Igreja família é constituída por “uma só fé, um só baptismo e um mesmo Senhor” (Ef 4,5).

Apesar dos carismas e das funções que cada um presta, todos beneficiam de uma igualdade radical porque todos nós formamos um só corpo, onde cada um é chamado a desempenhar a própria função missão de acordo com o carisma recebido (Ef 4, 11-12). Da igualdade radical de todos os membros da Igreja Família de Deus resulta a unidade de missão da Igreja inteira e isto

supõe o *principio de solidariedade*, aumenta o *espírito de pertença* de todos os fieis e a *contribuição* de cada um na construção da comunhão terrena da Igreja. Numa Igreja comunhão, todos somos solidários e corresponsáveis.

### **3.1. A corresponsabilidade**

A Igreja, como dissemos antes, constroise com a participação de todos, de acordo com o carisma recebido e a função que cada um desempenha. O carisma como sabemos, é dom de Deus correspondente a uma aptidão particular concedida a pessoa para o pôr ao serviço da inteira comunidade. Os carismas são “graças do Espírito Santo que têm, directa ou indirectamente, utilidade eclesial, ordenados como soa à edificação da Igreja, ao bem dos homens e às necessidades do mundo” (CL 24).

A responsabilidade significa, saber responder ou melhor a capacidade de responder com prontidão. E a coresponsabilidade significa que somos todos responsáveis, devemos responder juntos. A nossa primeira resposta deve ser resposta a *santidade*. A santidade cristã antes de ser uma função ou uma finalidade é um *dom* e um *estado*: santidade por graça, *santificação* (1Cor 1,2; 1Ts 5, 23; Eb 10, 10.14). Participação à vida de Deus três vezes santo (Ap 4,8), através de conformação à Cristo o “Santo de Deus” (Jo 6,69) e pela acção do “Espírito de santidade” (Ro 1,4) a vida cristã, é vida de santidade (LG 40).

Desconhecer a santidade como identidade constitutiva e dinamizante da vida cristã, de cada vida cristã significa privar a santidade da sua dimensão teologal e fazer do cristianismo um excedente formal do humano que não se identifica profundamente e não se empenha integralmente no processo de saber responder. Hoje muitos se dizem cristãos mas não o são e nem se sentem intensamente e inteiramente envolvidos na vida da paróquia. A coresponsabilidade nos interpela a partilhar tarefas, a tomar parte activa na vida da comunidade. A responsabilidade apela a solidariedade.

### **3.2. A solidariedade**

O empenho do crente, no sentido referido a cima é um empenho de solidariedade. A sua *intervenção*, *participação* e *colaboração* deve ter como finalidade a construção de uma sociedade mais justa e humana. Neste sentido a solidariedade nos orienta, portanto, a uma ética baseada na compreensão das necessidades autênticas dos outros, a uma ética que não busca o poder do homem sobre o homem e a adesão da lógica do mais forte, mas a uma ética de *partilha*.

Ela nos conduz a uma ética que orienta em direcção à uma profunda comunhão intereclesial, na qual a diversidade não é anulada, mas sim reconduzida a uma ordem de fim que não se termina em si mesma, mas na promoção da pessoa humana no seu crescimento integral (GS 25).

Tendo em conta o problema de interdependência entre os homens, a solidariedade se transforma numa questão de consciência e conquista uma conotação moral. A este ponto a solidariedade afirma João Paulo II, não pode ser substituída com “um sentimento de vaga compaixão ou um enternecer superficial pelos males de tantas pessoas. Ao contrário é a determinação firme e perseverante de empenharse para o bem comum: ou seja para o bem de todos e cada um, porque na verdade somos responsáveis de todos” (SRS 38).

Visto desta forma a solidariedade se transforma num instrumento de libertação e de serviço, ela tende a revestir dimensões de gratidão total, de perdão e de reconciliação. Neste sentido, o próximo não é somente um ser humano com seus direitos e uma certa igualdade diante de todos, mas torna a imagem viva de Deus Pai. Deste ponto de vista, a solidariedade cristã constrói uma comunidade de amigos e conduz a comunhão fraterna.

A Igreja é convicta que só a solidariedade vista como serviço pode ser cimento de uma sociedade mais justa e mais fraterna. De facto, como afirma João Paulo II, “a solidariedade é o fundamento da concórdia social, seja dentro da própria sociedade como nas relações internacionais, ao ponto que, como ontem se podia definir a paz como fruto da justiça, hoje podemos dizer que a paz é o fruto da solidariedade” (SRS 38). Que impacto a solidariedade, entendida do ponto de vista teológico, pode ter no campo sociopolítico.

O Concílio nos oferece três aspectos importantes: primeiro, que sejam sactisfeitas antes de tudo os deveres de justiça, porque não aconteça que se ofereça como dom de caridade o que é devido

a título de justiça; em segundo lugar, que se eliminem não somente os males, mas também as estruturas dos males; em fim, que as ajudas sejam reguladas de tal modo que aqueles que as recebem, venham pouco a pouco libertarse da dependência dos outros e tornarem suficientes a eles mesmos (AA 8).

O texto magisterial nos quer ensinar que a solidariedade deve voltar aos pobres. De facto, é preciso considerar a dimensão humana como prioridade e não se pode ignorar o crescente fenómeno de pobreza e lutar contra esta, porque a noção de solidariedade não admite que uns vivem na abundância e outros na extrema miséria. E João Paulo II desperta a consciência social solidária nestes termos: “não podemos viver e dormir tranquilos se bem que milhares dos nossos irmãos, próximos de nós, faltam do indispensável para conduzir uma vida digna deste nome” (PP 17). A luta contra a pobreza é necessária e urgente e será possível somente através de uma consciência solidária.

### **3.3. O Ecumenismo**

Por ecumenismo entendemos “as actividades e as iniciativas suscitadas e ordenadas a promover a unidade dos cristãos, de acordo com as várias necessidades da Igreja e de acordo com as circunstâncias (UR 4).

Jesus Cristo deseja que quantos Lhe pertencem “sejam um só, como Tu, Pai, estas em mim e Eu em ti, para que assim eles estejam em Nós e o mundo creia que Tu me enviaste” (Jo 17, 21ss). O NT não legitima a multiplicidade das confissões, mas sim a unidade da Igreja centrada na pessoa de Cristo (1 Cor 15, 315).

O ecumenismo releva uma grande importância. Ela ajuda na promoção da paz, respeito e igualdade entre os crentes. Podemos dizer que na Guiné-Bissau vivese o ecumenismo da vida, isto é, não se faz distinção nas ajudas aos pobres. É necessário que se instaure intercâmbio de conhecimentos teológicos e experiências religiosas entre os cristãos eclesialmente separados. Tudo isto significa comunhão na fé e no amor, que induz a procurar com renovado empenho vias para alcançar a unidade eclesial. Se a nível de base existe um certo trabalho neste sentido, é bom salientar que falta a institucionalização do ecumenismo a nível oficial.

Nós sabemos que o nosso Senhor fundou uma só e única Igreja. Infelizmente, existem várias igrejas e as vezes lutando entre elas. A divisão na Igreja mancha profundamente o sentido de comunhão. A Igreja de Cristo será testemunha de Igreja comunhão quando os irmãos da mesma fé se unirem. Por isso, o conceito de comunhão desempenha uma função crítica em relação as estruturas eclesiais: elas existem para facilitar a comunhão.

A espiritualidade da comunhão e tomada de responsabilidade nos convida à: estar atentos à necessidade dos outros, aumentar o espírito de solidariedade e de partilha dentro da Igreja Família de Deus, participar na resolução dos problemas humanos e materiais das comunidades, criar espírito de iniciativa de dialogo e de colaboração entre comunidades de diferentes confissões cristãs.

Na comunidade primitiva de Jerusalém “todos os crentes viviam unidos e possuíam tudo em comum” (Act 2,44). “Tinham um só coração e uma só alma... Eram assíduos ao ensinamento dos Apóstolos, à união fraterna, à fracção do pão e às orações” (Act 2, 42-47; 4, 32-45). A comunidade cristã constroise no amorcomunhao porque a fé cristã é comunhão com Cristo. Por causa desta união em e com Cristo somos chamados a viver em comunhão entre nós, através da partilha, da união, da divisão das tarefas, da solidariedade, tomada de responsabilidade e intercâmbio com os irmãos separados. A solidariedade e partilha de bens vivese melhor nas pequenas comunidades vivas. Estas não anulam a paróquia a sua razão de ser, pelo contrário, a fortalece e a ajuda a ser instrumento de comunhão. Por isso, é necessário e urgente a redescoberta do conceito de comunhão a fim de fazer da Igreja Família de Deus, Igreja Comunhão, lugar de união, reconciliação e paz.

## **2. EM PREPARAÇÃO DE NOSSA ASSEMBLEIA:**

a)- **DESAFIO**: - Nossas paróquias e demais comunidades cristãs não-de ser lugares e escolas onde se pratica e se aprende a espiritualidade de comunhão.

**Verifica como as coisas se passam:**

- Nas reuniões de cada um dos Grupos e sobretudo no Conselho paroquial, todos os membros participam activa e regularmente? Ou só em determinados momentos “festivos”?
- As notícias e orientações vindas da Diocese chegam rapidamente a todos os Grupos paroquiais? Se não, por que motivos?
- Quando surgem conflitos na vida da paróquia, tem-se conseguido resolvê-los fraterna e rapidamente, em espírito de comunhão e corresponsabilidade fraternas?
- Em 2006-2007, quantas vezes reuniu o Conselho paroquial de tua paróquia? Quantos leigos fazem parte dele?
- Em tua comunidade paroquial, quantas pequenas comunidades vivas se criaram já desde 1996 (1ª Assembleia Diocesana)?
- Quantos encontros ecuménicos já foi possível realizar em tua comunidade paroquial desde 2001 (2ª Assembleia Diocesana)? O diálogo ecuménico e inter-religioso é fomentado na preparação de catequistas e demais agentes de pastoral?
- Haverá alguns aspectos em que os Institutos Religiosos (masculinos e femininos) poderão ainda ajudar melhor na vida pastoral de nossa Diocese?

b)- **ALGUMA PROPOSTA NA ASSEMBLEIA DIOCESANA?**

*A reflexão sobre estas perguntas sugere-te alguma proposta ou moção importante e concreta, a redigir antecipadamente com tua comunidade paroquial e a apresentar à Assembleia Diocesana, para ser votada e eventualmente servir depois para toda a Diocese? Qual (quais)?*

**B)- LITURGIA**

1. **TEXTO DOUTRINAL:**

**“CELEBRAR DIGNAMENTE A LITURGIA** (por P.António Imbombo)

**Introdução**

A presenta assembleia diocesana tem um carácter fundamentalmente litúrgico. Sabe-se que de facto o fruto da Eucaristia é a vida comunitária; ora, o estar e viver em comunhão corresponde ao grande anseio de Jesus (a fim de que todos sejam um; para que o mundo creia que tu me enviastes; para que sejam perfeitos na unidade<sup>1</sup>). De facto, o estar unido é já um testemunho e isto dá força para servir porque a união faz a força. O Deus que nos chama a viver em comunhão é três vezes santo; e da sua santidade devemos testemunhar com a santidade da nossa vida e num serviço gratuito aos irmãos.

---

<sup>1</sup> Cfr. Jo. 17,21-23.

No tocante a comunhão e/ou de unidade, a Conferência Episcopal de que fazemos parte, no seu plano de acção pastoral declara com razão que a missão de todos nós baptizados, cada qual segundo a sua condição na Igreja, é de construirmos a Igreja Família de Deus e vive-la como verdadeiro lugar de sacramento de reconciliação, de perdão e de paz. Desta feita, seremos fermento das nossas sociedades e portanto, de um mundo novo.

A celebração da Eucaristia que é o ponto mais alto da celebração litúrgica, está em função do viver em Cristo, na Igreja, pelo poder do Espírito Santo. Assim sendo, ocorre então curar bem o movimento que vai da *Eucaristia (Liturgia) celebrada* a *Eucaristia (Liturgia) vivida*: do mistério em que acreditamos a vida renovada. A Sagrada Liturgia de facto (conforme reza SC 10), impele os fiéis, saciados pelos “mistérios pascais”, a viverem unidos no amor; e que sejam fiéis na vida a quanto receberam na fé.

Foi nesta perspectiva que a anterior assembleia diocesana se debruçou tanto sobre o problema da *Igreja-Família de Deus*. Isto porque ela tem consciência de que existe Igreja quando existe uma reunião ou assembleia litúrgica.

Tratar o tema de liturgia implica antes de tudo saber: *o que é liturgia?*; *A sacralidade da acção litúrgica, o que é?* E *o que é a Inculturação?* Que, sem sombra de dúvida, constitui uma das mais sentidas urgências e necessidades para a igreja em Africa em geral e na Guine em particular.

### **O que é Liturgia?**

A liturgia não é uma abstracção, nem tão pouco instrumento de uma ideologia particular por mais nova ou velha que seja; ela não é um simples campo de estudo nem uma teologia (a pesar de ser verdadeiro lugar de encontro com Deus). Pela sua própria natureza ela é acção; ela é agir.

Os padres do Concilio Vaticano II souberam indicar na *Constituição sobre a Liturgia* os meios indispensáveis mas essencialmente simples, com os quais, a liturgia – celebrada – possa obter seu pleno efeito na vida cristã dos indivíduos e de toda a comunidade. No que concerne ao povo diz: “é necessário, porém, que os fiéis celebrem a liturgia com rectidão de espírito, unam a sua mente às palavras que pronunciam, cooperem com a graça de Deus, não aconteça de a receberem em vão<sup>2</sup>”. No tocante ao clero adverte: “por conseguinte, devem os pastores de almas vigiar por que não só se observem, na acção litúrgica, as leis que regulam a celebração válida e lícita, mas também que os fiéis participem nela conscientemente, activa e frutuosa<sup>3</sup>”. *A tal participação tão desejada na liturgia, nos leva a fazer uma experiência do encontro pessoal e comunitário com a Pessoa viva de Jesus Cristo, que na verdade, temos de conhecer, amar e imitar. A este ponto, fazemos nossa a expressão do SC. nº. 10. e dos bispos da nossa Conferencia Sub-regional que na verdade, o liturgia é o exercício de Cristo e do sacerdócio baptismal do povo de Deus; é a meta para a qual se encaminha toda a acção da Igreja e a fonte de onde promana toda a sua força*”.

Na verdade, liturgia parte do pressuposto da mediação sacerdotal de Cristo. Por isso, os padres conciliares não hesitaram em afirmar que a liturgia é uma acção sagrada, através da qual, com ritos, na Igreja e pela Igreja, se exerce e prolonga a obra sacerdotal de Cristo que tem por objectivos a santificação dos homens e a glorificação de Deus<sup>4</sup>. *Nela de facto, celebramos a Palavra de Deus e os sacramentos, que são duas realidades que nos chamam a santidade.*

No tocante a Palavra de Deus, o Sínodo para a Africa de 1994, no seu número 50, afirma que é urgente necessidade de ver estabelecido um verdadeiro e sincero dialogo entre o evangelho e a cultura em África. Pois, tanto o evangelho como a cultura tem como área de acção o homem: este homem preciso sobre o qual actua a cultura e ao qual se deve anunciar o evangelho da esperança, o evangelho de vida enraizado no mistério pascoal.

No que se refere aos sacramentos, o baptismo por exemplo que vinha celebrado pelos Hebreus como sinal oficial de acolhimento na sociedade; praticado por João Batista e a comunidade de Qumran, agora deve ser para os cristãos em geral e guineense em particular,

---

<sup>2</sup> Cfr. 2Cor. 6,1.

<sup>3</sup> SC. 11.

<sup>4</sup> SC. 7.

sinal de perdão sincero que nos foi oferecido na Cruz de Cristo (*Mt. 28,19; Rm. 6,3-11; Ef. 5,25-26*), e sinal de participação na vida trinitária. Todos os outros sacramentos deverão influenciar toda a nossa vida provocando nela uma mudança até mesmo dolorosa de mentalidade e de costumes e abrindo-a a solidariedade para com todos sem distinção. Os sacramentos portanto, devem ser vividos com fé, com fim de evitar a duplicidade de vida, comportamento impróprio ao evangelho de Jesus Cristo que diz: “*quem pegar no arado e olhar para trás, não é digno de mim*” (*Lc. 9,62*).

Com efeito, afirmar que a conduta de Cristo deve inspirar a vida do cristão (*Ef. 5,2*), equivale a dizer que toda a vida deve tornar-se sacrifício espiritual (*Rm. 12,1-3*) isto na medida em que o cristão movido pelo Espírito Santo possa fazer da sua vida uma acção de graças que se manifesta pelo respeito pela vida; pelos lugares do culto; oração fervorosa, etc. (individualmente, em grupo e em família).

Para chegar a um verdadeiro e autêntico espírito litúrgico, a Conferência Episcopal não deixa de sublinhar quanto é necessário cultivar e fomentar uma vida pessoal, familiar e mesmo comunitária santificada pelo Espírito Santo por meio da Palavra de Deus e dos Sacramentos, celebrados numa liturgia inculturada. Os números 17 e 37 da SC deixam claro que se deve melhorar a todos os níveis a preparação litúrgica por meio da catequese, da educação e da participação.

*Que importância tem a liturgia para a catequese? Como fazer para que a vida litúrgica predomine e seja sentida em toda a Diocese e em toda a Guiné?*

#### **A sacralidade da acção litúrgica**

Não podemos entender a Sagrada Liturgia dissociando-a de todos os actos sagrados de intervenção e revelação de Deus na história de todos e de cada um. Desta feita, em jeito de resposta a Deus, o cristão, movido pelo Espírito Santo, deve poder separar o profano do sagrado fazendo de toda a sua vida uma acção de graças (*1Cor. 10,31*). O cristão verdadeiro portanto, deve se subtrair do profano; cultivando em si (individualmente e comunitariamente), o sentido e o temor do sagrado para que toda a sua vida possa levar os homens a Cristo, mesmo sem palavras (*1Pd. 3,1*). Tal sentido e respeito pelo sagrado se exprime com a coerência de vida e também no modo de nos trajar para frequentar os lugares sagrados de culto.

Com efeito, a santificação dos homens é apresentada na liturgia como primeira finalidade da obra sacerdotal de Cristo. Pois, para dar glória a Deus, os homens devem tornar-se santos. Aliás, a santificação dos homens já é a própria glorificação de Deus. Pois, na medida em que o homem é santo, ele reproduz a santidade de Deus e a proclama.

Nesta óptica, a nossa Conferência Episcopal recomenda fortemente que em cada comunidade cristã e em cada cristão se aumente o sentido do sagrado, santificação da vida pessoal, familiar e comunitária. Sentido que infelizmente está desaparecendo nas nossas comunidades cedendo lugar a um crescente e preocupante indiferença religiosa. Tal indiferença se manifesta muitas vezes pela pouca simpatia em ler a Palavra de Deus; mas, de maneira mais clamorosa, pelo desrespeito pelos lugares de culto, falta de preparação a qualidade de celebração e cânticos “ditos” litúrgicos, porém sem nenhum cunho: nem bíblico, nem litúrgico. Na Igreja (soma de todos os crentes), cada um se vê como sujeito e objecto do projecto salvífico de Deus. Tudo isto na base de uma íntima união com Deus (que é totalmente santo), e na unidade franca e fraterna com todos os homens<sup>5</sup>.

A ambição de todos os cristãos é de chegar aquela sagrada e perfeita comunhão com o Pai celeste. Tal ambição deve ser determinada pela responsabilidade e pela capacidade de sacrificar-se no serviço, da decisão de comer do pão e beber o cálice que o Mestre bebe, de suportar a sua sorte e de fazer da vida uma total doação ao próximo.

*Até que ponto Liturgia desenvolve nos cristãos da Guiné a consciência de pertença a um povo eleito por Deus; sua consciência de pertencer a igreja, corpo de Cristo e mobiliza a todos para uma missão eclesial autêntica?*

---

<sup>5</sup> Cfr. LG. 1.

*A Liturgia consegue mesmo criar na tua comunidade ou paróquia o sentido do sagrado e a consciência da presença de Deus?*

### **Inculturação litúrgica, o que é?**

O termo inculturação litúrgica, nasce na igreja católica, da necessidade de um catolicismo inculturado. Dada a sua importância para a evangelização no mundo de hoje, a palavra não tardou a ser introduzida nos documentos oficiais da Igreja por João Paulo II em 1979<sup>6</sup>. Não se trata de uma adaptação puramente exterior, afirmam os bispos na declaração conclusiva do Sínodo de 1985, mas comporta uma transformação interna de autênticos valores culturais mediante a sua integração no cristianismo e vice-versa<sup>7</sup>.

Pensar a inculturação, é centrar toda a atenção sobre o homem e toda a comunidade que realiza a acção litúrgica com fim de criar estímulos, sugestões para que o seu mundo ritual possa ser compreendido melhor. Nos encontros culturais, se deve estar atento aos componentes culturais mais dinâmicos e fundamentais; são estes que serão introduzidos na liturgia. No nosso contexto, trata-se fundamentalmente dos ritos de gémeos, das viúvas e dos funerais<sup>8</sup> entre outros. estes ritos constituem de facto, ritos “litúrgicos” tradicionais mais urgentes a inculturar.

Introduzindo tais elementos da cultura particular na liturgia derivará que aqueles que participam ao culto num lugar particular, poderão considerar os ritos como seus e participarão mais activamente na celebração.

Trata-se de uma integração que exige um empenho fundado sobre respeito recíproco, recíproco acolhimento que implica espírito de diálogo, discernimento e fidelidade. Neste acolhimento, deve-se ter sempre presente o Evangelho como critério de julgamento de valores culturais; e como tal se deve saber respeitar este duplo movimento: o Evangelho que se abre às culturas locais e vice-versa a fim de que na verdade, tudo venha restaurado em Cristo<sup>9</sup>.

Neste processo de inculturação, sai ganhando a liturgia como a cultura e sobretudo a própria igreja. Ganha a liturgia porque se enriquece com a aquisição de novas formas de comunicar a sua força *simbólico-salvífica*; ganha a cultura não só porque se sente respeitada e valorizada mas também porque recebe em si o dom precioso da fé sem ter que negar a si própria; ganha enfim a igreja por bem realizar a sua vocação missionária permitindo que os mais diversos povos proclamem os louvores do Senhor.

O número 37 do SC referendo-se a inculturação, deixa claro a ideia segundo a qual, entre a Igreja e a cultura deve vigorar um recíproco intercâmbio de energias vitais. Não é certo um processo que deve acontecer por acaso. O próprio Concílio põe as condições: atenção, prudência, exame, estudo da parte de pessoas competentes e sobretudo a aprovação da Santa Sé, a qual dará a facultade, se for necessário, de proceder a tal adaptação depois de um certo período de experiência<sup>10</sup>.

Os bispos sinodais reconhecem de facto a existência de tantos desafios em africa, desafios (tais como a libertinagem ou o sincretismo religioso isto é o crescente politeísmo em africa, sem menosprezar o devastador problema de ódio, de violência de conflitos e de guerras) que ameaçam por vezes gravemente a fé cristã e o seu desenvolver no continente. Para enfrentar a tal situação, se recorda que a tal tarefa de evangelizar concerne a todos os cristão (cfr. n.13) cada um segundo a sua condição na Igreja. É uma tarefa que deve ser exercitada não só anunciando o evangelho com palavras mas sobretudo com testemunho de vida afim de com isso contribuir para uma justa transformação das culturas e das estruturas injustas da sociedade isto é

---

<sup>6</sup> Chupungco, « *Liturgia e Inculturazione* » in *Scientia Liturgica*, II, PIEMME, Casale Monferato 1999, 345.

<sup>7</sup> Cfr. Relatório final *Exeunte coetu secundo*, de 7 Dezembro 1985, declaração n. 4.

<sup>8</sup> *Instrumentum laboris*, n. 59.

<sup>9</sup> GS, n. 58.

<sup>10</sup> Cfr. CHUPUNGCO A. J., *L'adattamento della liturgia tra culture e teologia*, PIEMME, Casale Monferrato 1985, p. 109

para tornar a humanidade cada vez mais nova<sup>11</sup> e abrir para o homem em questão, novas vias de esperanças à vida radicada em Jesus Cristo.

Sem a inculturação, a fé do cristão africano permanecerá superficial e frágil, sem profundidade nem engajamento pessoal. Para evitar tal dicotomia, os bispos sinodais adiantam no n. 53 do documento que sem a inculturação, a fé do cristão africano permanecerá superficial e frágil, sem profundidade nem engajamento pessoal.

*Quais são as manifestações culturais mais significativas na tua comunidade?*

*Quais são os desafios para a inculturação litúrgica na tua comunidade, paróquia ou diocese?*

### **Conclusão**

A sagrada liturgia nos seus ritos, manifesta a sua valência eclesiogenética; faz nascer um corpo conforme diz o Apóstolo: *fomos todos baptizados num só Espírito para formarmos um só corpo*<sup>12</sup>; ou ainda: *nós, embora muitos, somos um só corpo, visto que todos participamos desse mesmo pão*<sup>13</sup>. Segundo estas afirmações, podemos concluir que o Corpo físico de Cristo se torna Corpo eucarístico (pão), a fim de reunir todos os cristãos na comunhão de um só corpo eclesial (Igreja). Ou simplesmente: o Corpo físico faz a Eucaristia e a Eucaristia faz a Igreja.

O tema da união aparece na sagrada liturgia como chave de leitura de toda a vida do cristão e da Igreja enquanto instituição divina. Na verdade, a união da alma com Cristo equivale a união da Igreja. Uma Igreja unida de facto, adquire forças do alto para servir e testemunhar do seu ser Corpo místico de Cristo no mundo.

Em jeito de conclusão final, queremos deixar a seguinte pergunta:

Sabe-se que a sagrada liturgia tende a reunir a todos numa única e franca fraternidade, e que o fruto da eucaristia é vida comunitária. Achas que os cristãos católicos da Guiné vivem em comunhão com seus bispos, seus padres e entre si? O testemunho deles no que se refere a unidade é um testemunho credível?

## **2. EM PREPARAÇÃO DE NOSSA ASSEMBLEIA:**

**a)- DESAFIO: - **As comunidades cristãs de nossa Diocese são convidadas a aumentar o sentido do sagrado e a consciência duma vida pessoal, familiar e comunitária santificada pelo Espírito Santo, através da Palavra de Deus e dos Sacramentos celebrados numa Liturgia inculturada.****

### **Verifica então:**

- Nos fiéis de tua comunidade tem vindo a aumentar o sentido do sagrado? Isso poderá constatar-se no comportamento dos fiéis dentro da igreja (silêncio, modo de vestir, etc), bem como na qualidade das celebrações litúrgicas (cânticos bem escolhidos, fiéis participando no desenrolar das celebrações (e não apenas o Grupo Coral), etc.)?
- A oração individual e comunitária é coisa facilmente visível em tua comunidade paroquial? Quantas famílias rezarão em conjunto nas suas casas (igreja doméstica)? Que formação doutrinal e espiritual se dá às Famílias na tua paróquia?
- Quantas pessoas terão a Bíblia (ao menos o NT) em sua casa? Na tua comunidade, quantos Grupos há para o estudo e partilha da Palavra de Deus?

<sup>11</sup> PAULO VI, Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, 13, AAS 68 (1976), p 24

<sup>12</sup> 1Cor. 12,13.

<sup>13</sup> 1Cor. 10,17.

- Na tua comunidade, as celebrações são bem vivas, na língua local e com cânticos de inspiração local? As letras dos cânticos ajudam a rezar melhor, ou são feitas sem beleza literária nem conteúdo bíblico?
- Os cristãos de tua comunidade colocam o acento das festas (celebração dos principais sacramentos) sobretudo no aspecto espiritual, ou de preferência em despesas demasiadas e pouco condizentes com as dificuldades da vida na actual Guiné-Bissau?

**b)- ALGUMA PROPOSTA NA ASSEMBLEIA DIOCESANA?**

*A análise destas perguntas sugere-te alguma proposta importante, a redigires com tua comunidade e a apresentares na próxima Assembleia Diocesana? Qual ou quais?*

**C)- O TESTEMUNHO:**

**1. TEXTO DOUTRINAL:**

**“ANUNCIAR A BOA NOVA E TESTEMUNHAR CRISTO RESSUSCITADO**  
(por P. Domingos Cá)

**INTRODUÇÃO**

A missão da Igreja é a de anunciar a Boa Nova da salvação; uma salvação que liberta o homem, o homem todo, o homem em todas as suas dimensões: espiritual, moral, cultural, econômica e social. É esta a missão que cabe à Igreja-Família de Deus em África; uma missão que interpela todos os membros da Igreja, cada qual no seu nível e ambiente de vida.

*“Num mundo marcado pelo pluralismo cultural, filosófico, ético, político e religioso e pela mundialização e globalização, acolher e anunciar a Boa Nova, num espírito de diálogo e fortalecer o testemunho pessoal e comunitário dos discípulos de Cristo ressuscitado” (Objectivo estratégico 3, “Plano de acção pastoral 2004-2009” da CERAO).*

*“Evangelizar é levar a Boa Nova a todas as situações da humanidade e, pelo seu impacto, transformá-la por dentro, renovar a própria humanidade” (Paulo VI, Exortação Apostólica ‘Evangelii Nuntiandi, (8 de Dezembro 1975, n° 18). Nesta perspectiva, os cristãos devem ser formados a viver as implicações sociais do Evangelho, de modo que o seu testemunho possa ser um desafio profético para o mundo. “Em fidelidade aos valores do Evangelho, freqüentemente em contradição com o espírito do mundo, os fiéis de Cristo fortalecem o seu testemunho pessoal e comunitário de discípulos de Cristo ressuscitado” (“Plano de acção pastoral 2004-2009” da CERAO).*

**I - OS CRISTÃOS SÃO CHAMADOS A SER SAL DA TERRA E LUZ DO MUNDO (Mt 5,13-16).**

*“Sal e luz do mundo, os fiéis de Cristo contribuem para a transformação dos seus meios de vida pelo anúncio da Boa Nova de Jesus Cristo vivo e activo nas culturas de hoje” (“Plano de acção pastoral 2004-2009” da CERAO).*

**1. “Vós sois o sal da terra”.**

Seria bom referir-se às palavras exactas utilizadas pelo evangelista a fim de perceber melhor o seu significado: *“Vós sois o sal da terra. Ora, se o sal se corromper, com que se há-de salgar?*

*“Não serve para mais nada, senão para ser lançado fora e ser pisado pelos homens”* (Mt 5,13). Através desta simples comparação, Jesus apresenta a vocação dos fiéis de Cristo (bispos, sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos) no mundo e a comparação da luz acrescentará um aspecto complementar.

No tempo de Jesus, o sal tinha um uso múltiplo: certamente dá gosto aos alimentos, permite a sua conservação, e mais ainda, facilita a sua combustão. Mas para que o sal possa, de facto, desempenhar a sua função, deve ser realmente sal e não degradar ou tornar-se insípido. Senão, não serve mais para nada. Qual deve ser, então, a condição dos discípulos no mundo? É a revelar o verdadeiro gosto das coisas, o verdadeiro sabor de tudo quanto se produz no mundo.

Partindo do facto de que o sal condimenta e dá gosto ao alimento, os baptizados devem mudar e melhorar o sabor da história humana. Pela fé, esperança e caridade, pela inteligência, coragem e perseverança, os baptizados podem humanizar o mundo em que vivemos. Assim como a comparação da luz coloca o acento sobre a visibilidade, assim a menção ao sal insiste sobre a presença discreta dos discípulos de Jesus. Pouco sal ou sal insípido não produz bons resultados. Convém que o sal esteja presente em tudo para poder dar sabor às coisas.

Um outro significado é dado ao sal no mundo judaico no tempo de Jesus. Via-se nele uma das características da aliança entre Deus e os homens. A aliança do sal significa a duração de um acto. Assim, a acção dos discípulos, a sua presença activa, tem uma repercussão durável: é sinal visível daquilo que Deus significa para a humanidade. Dar ao nosso ambiente o gosto da promessa que Deus faz aos homens, dar o gosto da realização da promessa na pessoa de Jesus. Jesus espera dos cristãos tudo o que dá um novo sabor à vida. Isto não se vê freqüentemente. Os baptizados devem continuar a missão de Cristo na sua vida quotidiana, ocupando o seu lugar na sociedade, escutando e falando, buscando a justiça, levando com fé e coragem a fadiga e a doença, construindo com os outros uma sociedade onde cada um tenha um lugar próprio no mundo económico, social e político.

## **2. “Vós sois a luz do mundo”**

No Evangelho de Mateus, Jesus disse aos seus discípulos: *“Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade situada sobre um monte; nem se acende a candeia para a colocar debaixo do alqueire, mas sim em cima do candelabro, e assim alumia a todos os que estão em casa. Assim brilhe a vossa luz diante dos homens, de modo que, vendo as vossas boas obras, glorifiquem o vosso Pai, que esta no Céu”* (Mt 5,14-16).

Neste texto Jesus afirma que o anúncio ou a missão é antes de tudo:

- a lâmpada que brilha para todos os que estão em casa;
- a luz que se deixa ver (a não esconder debaixo do alqueire);
- as boas obras que convidam a glorificar o Pai.

O anúncio, antes de ser palavra é, sobretudo, testemunho. Somos anunciadores da Boa Nova mais pelo que somos do que pelo que dizemos. É a convicção de João Paulo II: *“o homem contemporâneo acredita mais nas testemunhas do que nos mestres, mais na experiência do que na doutrina, mais na vida e nos factos do que nas teorias”* (cf. Redemptoris Missio n° 42).

O que é que devemos anunciar ao mundo? O conteúdo do anúncio ou da missão é brevemente exprimido em Mt 10, 7-8: *“Pelo caminho proclamai que o Reino do Céu esta perto. Curai os enfermos, ressuscitai os mortos, purificai os leprosos, expulsai os demônios. Recebestes de graça, dai de graça”*. Ser sal da terra e luz do mundo hoje é, portanto, tornar Jesus presente, agindo através de nós e das nossas comunidades; por outras palavras, é continuar a prolongar a obra de Jesus. A missão é um serviço concreto que muda a situação e as pessoas, levando-lhes algo radicalmente novo: a cura, a purificação, a ressurreição, a libertação. O nosso anúncio ou nossa missão de evangelização deve levar algo de novo que:

- Cura as nossas culturas;
- Purifica as nossas culturas de pecado;
- Expulsa o espírito impuro das nossas culturas;

- E que finalmente ressuscita o nosso mundo para fazer dele um mundo mais digno de Deus e dos homens.

Ser ‘sal’ e ‘luz’ do mundo é manifestar de maneira visível, concreta e sensível que Cristo continua hoje através de cada batizado, a curar, a purificar, a perdoar, a ressuscitar. A mensagem a transmitir é finalmente o próprio Cristo, permitir o encontro de cada mulher e de cada homem com Cristo, o único redentor.

## II - OS DESAFIOS DO TESTEMUNHO NA SOCIEDADE

“*Ide pelo mundo inteiro, proclamai o Evangelho a toda a criatura*” (Mc 16,15). Em virtude deste mandato, que Cristo ressuscitado dá aos seus apóstolos, à Igreja e a todos os batizados, a tarefa de anunciar o Evangelho a todos os homens torna-se uma essencial da Igreja. O anúncio cristão tem como finalidade “*transformar a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade*” (Ecclesia in África, n° 55).

Nesta perspectiva, como transformar interiormente todos os homens, nomeadamente os africanos, a fim de transformar a sociedade inteira? Numerosos são os desafios do testemunho na sociedade e escolhemos somente alguns para ilustrar o papel e a missão dos cristãos.

### 1. Desafios sócio-económico e políticos

A África é vista como o continente mais pobre do planeta. Num continente saturado de más notícias, como é que a mensagem cristã pode ser “Boa Nova” para o povo?

A Assembléia Especial para a África do Sínodo dos Bispos faz uma constatação dolorosa: “*Uma situação comum é, sem dúvida, o facto de a África estar saturada de problemas: em quase todas as nossas nações existem condições de miséria espantosa, má administração dos poucos recursos disponíveis, instabilidade política e desorientação social. O resultado será à vista: desolação, guerras e desespero. Num mundo controlado pelas nações ricas e poderosas, a África tornou-se praticamente um apêndice sem importância, muitas vezes esquecida e abandonada por todos*” (Ecclesia in África, n° 40).

A Igreja de África deve inventar uma nova maneira de ser igreja face aos reais desafios da África. Ela não tem o direito de estar ausente, nem muda, nem hesitante lá onde não há ninguém para defender os interesses dos pobres, dos fracos. Ela deve interrogar-se, interrogar, viver, denunciar as legitimidades estabelecidas pelo egoísmo dos poderosos.

A Igreja de África deve, portanto, caminhar com os homens e viver numa solidariedade total e íntima com a sua história. Ela deve desempenhar uma função profética e ser a voz dos sem voz, interpelar a consciência dos chefes de Estados e dos responsáveis africanos da coisa pública, educar para uma cultura de solidariedade e do bem comum, e tomar iniciativas diversificadas e oportunas para um desenvolvimento integral de todo o homem e de todo o africano. É no centro dos desafios e paradoxos multiformes que os cristãos de África viverão o testemunho de Cristo no meio dos povos africanos.

### 2. Desafios da reconciliação, justiça e paz

Reconciliação, justiça e paz constituem anseios e conquistas permanentes de todos os povos. Em África, como noutras partes do mundo, o espírito de diálogo, de paz e de reconciliação é ainda longe de habitar o coração de todos os homens. As guerras, os conflitos, as atitudes racistas e xenófobas dominam ainda o mundo das relações humanas (cf. Ecclesia in África, n° 79). A Igreja em África deve trabalhar a fim de tornar-se para todos um lugar autêntico de reconciliação, de perdão, que Cristo trouxe não somente à Igreja, mas à humanidade inteira.

Além disso, a Igreja-Família de Deus em África deve também dar testemunho de Cristo através da promoção da justiça e da paz. “*Bem-aventurados os construtores da paz porque serão chamados filhos de Deus. Bem-aventurados os que sofrem perseguição por causa da justiça,*

*porque deles é o Reino do Céu*” (Mt 5,9-10). A Igreja-Família tem o direito e o dever de participar na edificação de uma sociedade justa e pacífica, nomeadamente nos domínios da educação, da conscientização, da saúde e da promoção humana... mas, é neste aspecto que aparece com evidência o papel insubstituível dos leigos – homens e mulheres, políticos, tecnocratas, militares – a engajarem-se no quotidiano da vida, particularmente, lá onde eles são os únicos a poderem intervir (cf. *Ecclesia in África*, n° 107). ‘*Se queres a paz, constrói a justiça*’, ensina-nos Paulo VI, na sua mensagem para o Dia Mundial da Paz, 1 de Janeiro 1972.

### **3. Desafio do diálogo inter-religioso em vista de um mundo novo**

No cumprimento da sua missão de anúncio e testemunho, a Igreja-Família de Deus em África encontra outros crentes ou religiões com as quais ela deve colaborar, viver e dialogar. O termo de diálogo pode entender-se de várias maneiras.

“*Num contexto de pluralismo religioso, o termo dialogo significa o conjunto de relações inter religiosas, positivas e construtivas com as pessoas e as comunidades de diversas crenças, a fim de aprender a conhecer-se e a enriquecer-se mutuamente, obedecendo à verdade e respeitando a liberdade de cada um. Isto implica ao mesmo tempo o testemunho e o aprofundamento das convicções religiosas respectivas*” (Extrato de Diálogo e Anúncio, 1999). Este diálogo apresenta vários aspectos: o diálogo da vida, quer dizer no quotidiano da vida na tabanca ou no bairro, diálogo das obras sociais, diálogo doutrinal.

Nesta perspectiva, em África, a Igreja católica deveria investir numa maneira determinante e mais visível num duplo aspecto.

- Com prudência e caridade, através do diálogo e a colaboração com os adeptos das outras religiões, promover, preservar e fazer progredir os valores espirituais, morais e socioculturais de que o nosso mundo contemporâneo precisa tanto.
- Num mundo africano em busca de reconciliação, de justiça e de paz, de desenvolvimento integral..., todos os crentes devem mobilizar-se para promover e viver uma fraternidade universal excluindo toda discriminação ou vexação entre os homens em razão da raça, da cor, do sexo, da classe ou da religião, porque “*quem não ama não conhece Deus*” (1Jo 4,8; cf. Encíclica “*Deus Caritas est*”, de Bento XVI). Uma verdadeira sinergia entre adeptos das diferentes religiões, cristãs e não cristãs, constitui uma condição sine qua non para a edificação, ou melhor, a ressurreição duma ‘Nova África’, verdadeira angra de justiça e de paz, de desenvolvimento integral e harmonioso, duma fraternidade universal renovada.

### **4. Desafio do testemunho da santidade e do Amor**

Para vencermos muitos dos desafios acima enumerados e outros não assinalados, um elemento central e essencial é o **testemunho**, mandato confiado por Jesus aos apóstolos e à Igreja-Família de Deus em África: “*Sereis minhas testemunhas até às extremidades da terra*” (Act 1,8), “*Vós sóis o sal da terra, vós sóis a luz do mundo*” (Mt 5,14-16). O mundo de hoje precisa mais de testemunhas do que de mestres! E no limiar do terceiro milénio o Papa João Paulo II nos lembra de maneira forte que o desafio dos desafios reside no testemunho da santidade (Redemptoris Missio, n° 90). Quanto mais os cristãos reflectirem os valores evangélicos, tanto mais estarão à altura de construir o Reino de Deus (cf. 1Cor 15,24) inaugurado por Cristo. Para isso, não basta só renovar os métodos pastorais, nem organizar e coordenar melhor as forças da Igreja, nem explorar com mais acuidade os fundamentos bíblicos e teológicos da fé, mas é necessário suscitar um novo ímpeto de santidade (cf. Redemptoris Missio, n° 90; *Ecclesia in África*, n° 136).

- **Reflectir a santidade de Deus** e ser fermento do mundo novo. A Igreja de África deve antes de tudo, deixar-se evangelizar e converter-se totalmente ao seu Mestre e Senhor: conhecer e amar cada vez mais Jesus e configurar-se a ele. É nesta condição que ela poderá contribuir na conversão transfiguradora da humanidade, levando-a a abrir-se ao plano salvífico de Deus.
- **Testemunhar o universalismo cristão**

A África contemporânea é muito ‘balkanizada’ não só do ponto de vista geográfico, territorial, mas infelizmente persistem enormes obstáculos à sua unidade. A Igreja-Família de Deus no espaço CERAO de que fazemos parte deveria esforçar-se a viver ‘*ad intra*’ e ‘*ad extra*’ a unidade, a comunhão fraterna (cf. Comunhão, Objectivo estratégico n.1), para além das separações étnicas, culturais, nacionalistas, sócio-económicas e outras, a fim de revelar a todos o advento dum mundo salvo e reconciliado pela Cruz de Cristo. Por outras palavras, a Igreja de África deve dar diante das nossas sociedades um testemunho autêntico do universalismo cristão que tem a sua fonte em Deus, que quer que todos os homens formem uma só e única família.

- **A caridade, manifestação do amor de Deus**

“*Se vês a caridade, vês a Trindade*” escrevia Santo Agostinho (De Trinitate, VIII, 8). E o Papa Bento XVI insiste com razão que “*toda a actividade da Igreja é manifestação dum amor que procura o bem integral do homem. Portanto, é amor o serviço que a Igreja exerce para acorrer constantemente aos sofrimentos e às necessidades, mesmo materiais, dos homens*” (Deus Caritas est, n° 19).

A Igreja é família de Deus no mundo. E a exemplo das primeiras comunidades cristãs, ninguém dentro da família deve sentir falta do necessário (cf. Act 2,42-47). Através da parábola do bom Samaritano (Lc 10,25-37), Jesus convida todos os seus discípulos à universalidade do amor que inclui todos os que se encontram em situações de necessidade, quem quer que sejam. A Igreja-Família de Deus, em África, continuará a desempenhar o seu papel de bom samaritano não somente em relação às pessoas concretas, mas também organizando estruturas eficazes de serviço caritativo, trabalhando para uma ordem social justa a fim de garantir a cada um a sua parte do bem comum.

## CONCLUSÃO

“*Sereis minhas testemunhas até aos confins do mundo*” (Act 1,8).

Este é o preceito missionário que Jesus deixou aos apóstolos, à Igreja inteira, a todos os baptizados.

Na esteira de todas as igrejas locais a Igreja-Família de Deus que está na Guiné-Bissau deve enfrentar o desafio missionário e testemunhar o Evangelho em palavras e actos; isto é, ela deve anunciar a Boa Nova da Salvação pela proclamação da Palavra, mas também pelo testemunho de vida, pelo qual os discípulos de Cristo dão razão da fé, da esperança e do amor que neles existe (cf. 1Ped 3,15; Ecclesia in África, n° 55).

A nossa apresentação sublinhou fortemente o seguinte: o testemunho cristão tem por finalidade última ou objectivo estratégico maior “*transformar a partir de dentro e tornar nova a própria a humanidade*”, (Paulo VI, Evangelii Nuntiandi, n° 18). Sim, o Evangelho é um dom de Deus, um ‘*fermento de transformação*’, e mesmo de ‘*ressurreição*’. Assim, testemunhar o Evangelho ou trabalhar na missão evangelizadora, permitiria obter um duplo quadro:

- A renovação do coração do homem no mais íntimo de si mesmo, condição sine qua non para renovar as relações dos homens com Deus, dos homens entre si e dos homens com a criação inteira.
- Este processo deveria permitir a construção do Reino de Deus para a transformação da nossa sociedade, em busca de reconciliação, de justiça, de paz e de bem-estar.

A Igreja-Família em África, e nomeadamente no espaço CERAO, de que fazemos parte, deve empenhar-se com todas as suas forças, com determinação indefectível, no testemunho fiel da Boa Nova de Jesus Cristo, crucificado, morto e ressuscitado, caminho, verdade e vida! Possa a presente Assembléia convencer-nos desta verdade. E que a Virgem Maria, Rainha dos Apóstolos, Estrela da evangelização, interceda por nós.

## 2. PREPARANDO A NOSSA ASSEMBLEIA:

**a)- DESAFIO: Num mundo cada vez mais marcado pelo pluralismo em todos os domínios e pela globalização, os cristãos de nossa Diocese são convidados a acolher e anunciar a Boa Nova em espírito de diálogo, e a fortalecer o testemunho pessoal e comunitário de discípulos de Cristo Ressuscitado, fonte da verdadeira felicidade e liberdade.**

### Então, verifica:

- Ser sal da terra e luz do mundo: parece-te que os cristãos (jovens e adultos) são referências significativas para os outros, dentro e fora das suas comunidades?
- Em tua comunidade, tem havido muita gente a continuar a dar testemunho de sua fé cristã, quando é chamado para cargos públicos?
- Quantos cristãos de tua comunidade têm tomado posição clara pela verdade nos debates da sociedade, de opção clara pela justiça face às injustiças sociais?
- Nas festas sociais (nascimentos, matrimónios, passagem de ano, etc.) e nas cerimónias tradicionais (choro, doenças, fanado, etc.), o comportamento dos cristãos de tua comunidade tem alguma coisa que os distingue dos não-cristãos?
- Parece-te que, normalmente, os cristãos são pessoas que têm em conta e trabalham pelo bem comum?
- Que experiências há na tua comunidade do empenho dos cristãos na reconciliação e na paz?
- E que experiências se têm de diálogo inter-religiosos?

### **b)- ALGUMA PROPOSTA NA ASSEMBLEIA?**

*A análise destas perguntas sugere-te alguma proposta importante a levares à próxima Assembleia Diocesana? Qual?*

## **D)- SERVIÇO**

### 1. TEXTO DOUTRINAL:

*“A VIDA EM SERVIÇO (por P. José Lampra Cá)*

#### **Introdução**

Em termos gerais, o serviço consiste em pôr à disposição de uma pessoa, (de uma instituição, de um ideal ou de uma causa) o seu potencial, a sua actividade e a sua competência sob forma de contracto com devida remuneração ou então de uma maneira gratuita. Ele pressupõe o dever-fazer, a vontade de fazer e o valor do fazer do homem, em prol dos homens,

como expressão eficaz da solidariedade humana. Quando o serviço perde esta sua valência humana, por razões ideológicas e egoístas, torna-se lugar de degradação humana visto que afasta o homem do homem.

Na perspectiva cristã, o serviço constitui uma das nobres consequências da caridade. De facto, servir, para um cristão, é actualizar, na sua vida, no seu contexto socio-político, no seu tempo e em sintonia com a Igreja e com as aspirações mais profundas e legítimas dos homens, o gesto sugestivo de Jesus durante a última Ceia: lava-pés (Jo 13,5). Pois é um gesto insuperável em termos de humildade e de disponibilidade, porquanto Jesus quis colocar a sua divindade, o seu poder e a sua humanidade ao serviço da humanização integral e da cristianização de todos os homens de todos os tempos como *re-criação*. O serviço cristão é uma espécie de resposta não violenta à violência silenciosa ou clamorosa do indiferentismo, do utilitarismo, da instrumentalização do poder e da passividade: “O Filho do Homem veio não para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate de todos” (Mc 10,45). Servir é contribuir para que o outro possa crescer integral e harmonicamente na sua humanidade. É recusar, por princípio, ser feliz sozinho ou em detrimento dos outros homens (atitude altruísta). Prestar serviço ao outro é uma maneira de reconhecê-lo como realidade que, por natureza, é fim em si mesma.

Por outro lado, o serviço cristão visa facilitar a realização adequada do finalismo do homem, redefinido definitivamente pela Encarnação do Filho de Deus, *para a maior glória de Deus* aqui e agora, e por toda a eternidade (Exortação post-sinodal *Ecclesia in Africa* 69).

Para melhor satisfazer as exigências das nossas Igrejas, somos obrigados a delimitar a nossa abordagem sobre o serviço em quatro centros de interesse: O serviço como colaboração activa e qualitativa para o renascimento do *Homem Negro* para que possa gozar devidamente as riquezas da criação e o *hoje* da salvação; O serviço como participação activa e assídua na implementação da justiça de modo a dirimir os conflitos da sociedade com racionalidade e sensatez; O serviço como colaboração no cultivo de atitudes positivas que possam facilitar a génese e a consolidação da paz no homem e na sociedade; O serviço como empenho civil, ético e religioso para que haja um desenvolvimento integral, evitando a monstruosidade no homem e a desarticulação no seio da sociedade.

## **1. Renascimento do Homem Negro**

Ao longo da sua história, o *Homem Negro* foi, algumas vezes, vítima de si mesmo (guerras internas, oportunidades não exploradas ou mal exploradas, etc.) e dos outros (tráfico negreiro, colonização, “dividir para reinar”, etc.), porém nem sempre soube, com objectividade, tomar a sério as verdadeiras causas dessa vitimação. Por outro lado, a sua história nem sempre foi mestra de vida, em termos de ensinamentos para uma exploração razoável do presente e do futuro, porque, de quando em quando, lhe falta não só uma leitura problematizante como também a re-humanização da sua história. Ora quando falta este tipo de posicionamento em relação à própria história, os erros do passado tendem, quase sempre, a repetir-se, assumindo proporções cada vez mais alarmantes e minando conseqüentemente o espaço e as reservas existenciais do homem.

A história torna-se fonte de humanização quando os homens trabalham de mãos dadas e com motivações fortes para a implementação de uma sociedade mais humana porque baseada sobre a justiça e a liberdade. Neste sentido tirar lições da história significa simplesmente assegurar, com meios moralmente aceitáveis, a vitória da humanidade que se traduz em termos de realização gradual e integral do homem.

É tempo para que o *Homem Negro* reconsidere seriamente a sua posição no seio da criação e aprenda a acolher, com proveito, o tempo favorável que Deus tem colocado à sua disposição. Por outras palavras, há uma necessidade de renascimento do *Homem Negro*. Só que esse renascimento, para não ser caricatura do renascimento, deve basear-se sobre alguns pontos:

- O conhecimento e a gestão inteligente da própria história são importantes para transformação da própria vida. Por isso, é preciso uma nítida e decisiva tomada de consciência do próprio estado e dos condicionalismos de várias ordens. Assumir esta atitude é, no fundo, chamar as coisas pelo nome. O que é sinal de realismo e de maturidade.

- É preciso um trabalho sério e contínuo na *redefinição da própria consciência* e no *enriquecimento da personalidade cultural*. O que requer, sem dúvida, uma atitude de vigilância e de discernimento face às opções fundamentais, ao acriticismo cultural, à exaltação do prazer mundano, ao relativismo ético e à indiferença religiosa.
- É preciso um esforço notório em termos de criatividade e produtividade, para garantir, na medida do possível, uma certa *estabilidade económica* e colocar esta última ao serviço do homem, evitando deste modo as dependências desnecessárias. Importa dizer que a riqueza material, em si, não é negativa. O que é negativo, em relação à ela, é a avareza ou então a concepção segundo a qual a riqueza material é a condição necessária e suficiente para a obtenção da felicidade.
- É preciso, da parte da Igreja, enquanto instituição, iniciativas empreendedoras para poder *ter o necessário em termos económicos e humanos*, a fim de garantir o melhor funcionamento das suas actividades. Pois, a penúria em termos económicos e humanos pode comprometer um pouco o serviço da propagação e da consolidação do Reino de Deus.

O *Homem Negro* renasce quando:

- Tira, do seu passado, mensagens e ensinamentos positivos para enfrentar adequadamente o presente e o futuro;
- Compreende que o seu sucesso depende, em grande parte, da maneira como concebe e assume a vida e as suas vicissitudes;
- É capaz de criar condições internas e externas favoráveis para poder assumir, com conhecimento de causa e com perseverança, o protagonismo da sua vida;
- Não se desorienta facilmente diante dos acontecimentos aleatórios ou das provocações mal intencionadas;
- Recusa a idolatrização ou a diabolização do ter, do poder, do saber e do sensacional;
- Está sempre vinculado aos valores autênticos;
- Tem um posicionamento crítico face à própria tradição e a dos outros povos;
- Cultiva uma religiosidade profunda e isenta de toda a ostentação;
- Faz uma experiência existencial de Jesus Cristo.

## 2. *Justiça*

A justiça é uma das quatro virtudes cardiais. Ela estimula o reconhecimento e o respeito pelos direitos sagrados do outro. Ela constitui também a estrutura arquitectónica da vontade de não-violência. Ela visa fundamentalmente o bem comum. A justiça, administrada de uma maneira justa, garante o restabelecimento da ordem na sociedade humana. Praticar a justiça é devolver a “César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (Mc 12, 17). Fazer justiça é dirimir os conflitos através das leis racionais e não através da força ou paixão. Na sociedade humana, as leis devem arbitrar a igualdade entre os homens. Contudo, importa dizer, que nem tudo o que é legal é necessariamente justo (bom). Daí a necessidade de não absolutizar a bondade da legalidade e colmatar este vazio com princípios éticos. Aliás, o nível da ordem pública depende também do estado moral do povo.

Através da sua tipologia trilogica, a justiça revela a sua abrangência: Na *justiça distributiva* o Estado dá a cada cidadão o que lhe é devido; na *justiça comutativa* cada cidadão dá ao outro cidadão o que lhe é devido e vice-versa; na *justiça legal* o cidadão dá ao Estado o que lhe é devido.

Há uma relação intrínseca entre o Estado de direito e o respeito dos direitos do homem porquanto o Estado de direito compreende na sua composição o exercício da autoridade segundo as regras estabelecidas e reconhece os direitos dos cidadãos, que podem fazer valer, quando estão a ser subjugados, mesmo em oposição ao Estado. O Estado de direito, através dos poderes públicos e uma boa administração da justiça, garante a ordem pública e a segurança dos cidadãos.

Através da prevenção, da dissuasão dos delinquentes potenciais, e da moralização contínua da sociedade e da vida política, a justiça atinge facilmente a sua finalidade: garantir a coexistência humanizante e dignificante dos homens. Trata-se de respeitar escrupulosamente o primeiro princípio de toda a moralidade: “o bem deve ser feito e o mal deve ser evitado.” Fazer justiça a um homem injusto é ajudá-lo a tornar-se justo e a reconhecer, sem hipocrisia, a perigosidade da sua derrapagem e a vontade real de voltar aos valores da humanidade. Por outro

lado, a sociedade, em relação ao delinquente, continua a ter os mesmo deveres, isto é, deve continuar a tratá-lo com humanidade. O que se pede á sociedade em relação ao delinquente ou ao criminoso é uma atitude de razoabilidade e de bondade para não transformar a justiça em actos vindicativos. Pois é preciso ser intransigente em relação ao delito ou crime, mas ser bom para com o criminoso na medida em que não há uma identificação entre o crime e o criminoso, mas sim uma questão de responsabilização e de culpabilidade. Deve haver uma relação equilibrada entre a justiça e a força na medida em que “ a justiça sem a força é impotente, a força sem a justiça é tirânica” (B. Pascal).

Para implementar uma justiça efectiva é preciso ter em conta alguns pontos:

- Importa *individualizar as situações de injustiça*. As violações sistemáticas dos direitos do homem, abuso de poder, corrupção generalizada, fazer ganhar quem tem dinheiro ou poder e não quem tem razão, o não pagamento de salário, etc. desestabilizam paulatinamente a sociedade humana (Exortação post-sinodal *Ecclesia in Africa* 112).

- Importa *Individualizar os actos de injustiça*. O não cumprimento da palavra dada, um olhar de desprezo, reacções caracterizadas pelo complexo de superioridade, etc., da parte do indivíduo ou da personagem corporativa não dignificam o sujeito moral e o seu ambiente.

- Importa *promover uma educação ao espírito da justiça*. A educação ao espírito da justiça deve passar necessariamente através da educação aos direitos humanos, ao sentido e as implicações da verdade objectiva, à assunção das consequências que derivam dos actos praticados livremente e ao dever absoluto em relação a Deus.

Onde há justiça: - A irracionalidade ocupa o menor espaço na vida dos homens e nos métodos utilizados na resolução dos problemas individuais e relacionais; - O homem acredita e faz, ao outro, acreditar através da persuasão e convicção na possibilidade de redefinição do homem violento e trabalha arduamente para que isso se concretize; Cada homem, nas diversas situações de vida e independentemente da sua culpabilidade, é respeitado pelo que é e não pelo que tem ou pode fazer; - O homem faz de vez em quando a autocrítica e concebe o respeito pelos direitos de Deus e dos homens, como um dever sagrado e inderrogável; - O homem faz esforço notório em compreender o espírito da lei; - A lei é aplicada de uma maneira inteligente e imparcial; - Há um esforço em veicular o valor pedagógico e terapêutico da pena; - Nota-se a diminuição drástica das acções vindicativas e aumento de confiança nas instituições que administram a justiça.

### 3. Paz

Hoje mais do que nunca, o homem aspira à paz (um desejo nobre) (GS. 8, 46), mas infelizmente nem sempre o seu estilo de vida favorece a sua obtenção. O pior ainda é que muitas vezes ele procura a paz através dos meios violentos e mortíferos. Para ele, com a força, tudo se resolve. Há como uma espécie de deificação da força. Pois, a força não é a chave de volta para resolver todos os problemas da vida. Ela só pode ser chave de volta se for uma força suficientemente humanizada: virtudes ou força da razão.

A comunidade socio-política tem como fim último o *bem comum*. Ora a paz é um dos elementos essenciais do bem comum (Cat. 1925). Ela representa em partes uma disposição harmónica entre as classes e indivíduos do mesmo Estado (*paz social*) ou entre Estados (*paz internacional*).

Como nos diz o Concílio Vaticano II, “A paz não é ausência de guerra; nem se reduz ao estabelecimento do equilíbrio entre as forças adversas, nem resulta duma dominação despótica. Com toda a exactidão e propriedade ela é chamada «obra de justiça» (Is.32. 7). É um fruto da ordem que o divino Criador estabeleceu para a sociedade humana, e que deve ser realizada pelos homens, sempre anelantes por uma mais perfeita justiça” (GS 78). Podemos dizer que a paz não é uma possessão, mas sim uma conquista diária através do empenho político, ético e religioso durante toda a existência humana. Para existir e desvendar todo o seu esplendor, ela precisa de estar vinculada aos actos carregadores de *humanidade integral* e repensados criticamente à luz da palavra de Deus e dos sinais dos tempos.

A paz estabelecida entre os homens através de um pacto consciente e livre, evidencia, não sem razão, a primazia da palavra sobre a violência. Na realidade, o uso correcto da palavra

constitui, por assim dizer, o primeiro degrau de renúncia da força. De notar que a força, quando não é humanizada, tende, quase sempre, a fazer do *homem um lobo para o outro homem*. Ao passo que a palavra abre o espaço ao diálogo e ao reconhecimento do direito do outro naquilo que ele tem de específico e no seu querer-ser como resposta livre ao seu dever-ser, inscrito no seu ser por Deus.

O homem da paz é atento não só às consequências nefastas e incalculáveis dos conflitos, mas também e sobretudo às suas causas intrínsecas e extrínsecas. Ele sabe assumir os riscos, em nome do ideal humano e religioso, com o intuito de fazer reinar, na medida do possível, a justiça e a liberdade na comunidade humana, para que o homem jamais volte a ser vítima de si mesmo, dos outros e das estruturas ou sistemas criados por ele. Desejar a paz é antes de tudo redimensionar e dominar as causas remotas e próximas das injustiças nas suas diversas formas e graus. A paz é incompatível com a situação infra-humana. Por isso, Paulo VI acha que “o desenvolvimento é o novo nome da paz” (Carta Encíclica *Populorum Progressio* 87).

A gênese e a consolidação da paz requerem, da parte de todos, uma vontade real e motivada em mudar definitivamente a ordem das prioridades. Tratar-se-á de investir, no presente e no futuro, todos os recursos humanos e materiais para que a paz seja uma realidade. A paz vai de mãos dadas com a atitude de não-violência. Mas a tentação, quanto ao recurso da força para a obtenção da paz, surge quando o homem deixa de confiar firmemente na positividade da humanidade e na força da razão humana. Só que esta atitude representa ao mesmo tempo uma subestimação da raça humana e uma demissão camuflada na missão de humanização. É claro que a paz é muito cara. Ela exige esforço, renúncia e autodisciplina, mas vale a pena: “felizes os construtores de paz porque serão chamados filhos de Deus” (Mt 5, 9).

A procura violenta e desmedida da paz afasta a paz sempre cada vez mais da arena humana e introduz, no seio da sociedade, uma cadeia de vingança e a exaltação inapropriada da lei do mais forte. A paz não teme a guerra, mas teme quem, movido por delírio de onnipotência, faz da guerra um único trampolim para a sua auto-afirmação e realização, sem jamais se questionar e questionar sobre a bondade da sua opção. A violência é quase sempre uma manifestação da insuficiência da presença de humanidade e de divindade no homem, nas relações interpessoais e nos métodos usados.

A paz contribui para o crescimento e a elevação da humanidade no homem e na relação do homem com o homem como consequência positiva da interiorização dos mandamentos da lei de Deus e do discurso da bem-aventurança.

Para implementar a paz é necessário ter em conta alguns pontos:

- *É preciso inventariar os conflitos actuais.* Pois muitos conflitos de diversas ordens assolam o continente e travam o seu desenvolvimento. Conflitos alimentados pelo sectarismo partidário, pela instrumentalização do etnicismo, pela humilhação revoltante, pelas promessas enganadoras, pela prepotência, pela acriticidade face às propostas da moderna, pela usurpação do poder, pelo fanatismo religioso, pela ostentação farisaica, etc.
- *É preciso inventariar os conflitos latentes.* Na realidade, esses conflitos não são menos perigosos. Por isso é necessário diagnosticar as atitudes e gestos que podem ser, com o passar do tempo, foco de instabilidade da sociedade e redimensioná-los quanto antes. Por exemplo, conflitos resolvidos superficialmente, o desrespeito, a não atenção em relação ao outro, etc. podem ser fontes de conflitos.
- *É preciso promover uma educação para a paz.* A paz requer uma educação constante para a paz, na medida em ela não é uma coisa inata, mas sim se adquire através de uma aprendizagem à arte de convivência, no respeito mútuo, fundado na dignidade do homem e na escuta da palavra de Deus. Ela requer também uma concepção adequada do homem e das suas tendências positivas ou negativas. Ela deve passar através de uma aprendizagem à uma comunicação menos violenta e mais humanizante.

Onde há paz: - A ordem querida por Deus é respeitada nos seus princípios e nas suas actuações mormente na relação do homem com o homem, com a natureza e com Deus; - A verdade não é comprada nem vendida mas merecida em termos objectivos; - Quem exerce a justiça é sensível à lei, à verdade objectiva e ao valor inestimável da pessoa humana; - Os

homens compreendem de que a ausência da justiça é o prelúdio da dissolução da sociedade humana, do seu conteúdo e dos seus actores; - Constata-se a presença efectiva e operativa da justiça; - A renúncia motivada da violência é concebida como um grande valor; - A confiança na força da razão e na razoabilidade do outro ocupa um espaço considerável nas relações interpessoais; - O homem sai da situação infra-humana.

#### **4. Desenvolvimento Integral**

O homem possui uma série de dimensões e o seu realizar-se enquanto homem, circunscrito numa ária cultural, passa necessariamente através do desenvolvimento harmónico e integral dessas dimensões e da humanização do seu ambiente habitacional e relacional. Neste processo, a integração operativa e a hierarquização dos valores são indispensáveis. O desenvolvimento integral pressupõe a multidimensionalidade, a possibilidade de harmonização, a ideia de homem-projecto, e a insuficiência da identidade natural. Portanto, o homem é, quase, em todos os sentidos, uma realidade a fazer, através da actuação genial da razão sobre a natureza e do concurso da comunidade humana ou património cultural renovado e renovador (Exortação post-sinodal *Ecclesia in Africa* 68).

Trabalhar para o desenvolvimento integral é, no fundo, ajudar o homem a cuidar devidamente da sua espiritualidade, a acreditar firmemente na providência divina e na positividade da sua existência (Lc 12,22), a aproveitar sabiamente o valor humanizante do tempo, a procurar com perseverança o sentido da vida no verdadeiro sentido da vida, a cuidar das relações interpessoais, a efectuar opções fundamentais com lucidez intelectual e moral, a proscrever não só o auto-engano, mas também a inversão e a relativização dos valores, e a dizer não, com firmeza, a tudo quanto é anti-humano e conseqüentemente alienante (Lc 10,25-37).

Por outro lado, o desenvolvimento integral requer uma interacção entre a não-indiferença em relação a Deus e ao homem.

A não-indiferença em relação a Deus é o reconhecimento e a aceitação da dependência criatural, como garante incontornável da consistência antropológica e não só. Ela impede ao homem de adoptar uma atitude caracterizada essencialmente pela auto-referência, já que esta última favorece a exclusão e a transformação do homem em *super-homem*.

A não-indiferença em relação ao homem é o reconhecimento e aceitação do outro e seu direito em ter um espaço, onde exercer condignamente a sua missão humana e religiosa, numa coexistência que promove os seus coexistentes. Ela quer que o homem preste máxima atenção ao homem, mormente quando este último faz experiência de insatisfações interiores profundas, onde todas as possibilidades enriquecedoras são vistas (erradamente) como algo sem valor. Ela impede ao homem de minar esporadicamente ou sistematicamente a circunscricção e conteúdo existencial do outro homem, através de inúmeras atitudes desmotivadoras.

Para implementar o desenvolvimento integral é necessário ter em conta alguns pontos:

- *A formação do homem*. Esta formação deverá ter como conteúdo a doutrina social da Igreja e o serviço da humanidade à luz da exemplaridade de Jesus e Maria. O melhor serviço pressupõe a melhor compreensão das razões do serviço: Através do serviço o cristão exprime a sua profunda gratidão em relação a Deus; responde ao dom de Deus com o dom do serviço prestado ao irmão (Tg 2,14); apropria as razões que impeliram Jesus a servir; colabora com Deus para a salvação do homem; veicula a bondade originária (Gn 1,31); alimenta a corresponsabilidade; manifesta a sua solidariedade com o outro; facilita a humanização do outro (Carta Encíclica, *Pacem in Terris*, 16); trava a indiferença que faz regredir a humanidade; contribui para a reacquirição de auto-estima (diferente do narcisismo).
- *Desenvolvimento nas obras sociais da Igreja*. Os cristãos são vozes e forças da Igreja. Através da participação deles nas obras sociais da Igreja esta última sustenta o *desenvolvimento responsável, solidário, integral e durável*. Pois as obras sociais da Igreja (escolas, centro de formação, hospitais, etc.) são um dos lugares onde a Igreja traduz concretamente a sua contribuição para o desenvolvimento do homem. Nesta linha a Igreja em nome da sua missão na terra, manifesta a sua solidariedade e proximidade com o homem.

- *Desenvolvimento na sociedade.* Através da inserção no tecido social e assunção de encargos sociais e políticos, o cristão é chamado a contribuir para o desenvolvimento dessa sociedade e dos homens que a compõem. Através desse tipo de empenho o cristão torna-se como o *sal da terra e luz de mundo*. Exercendo fielmente o que lhe foi confiado no seio da sociedade humana, ele contribui eficazmente para o desenvolvimento integral.

Onde há desenvolvimento integral:

- Tudo concorre para a realização do homem enquanto unidade na diversidade das dimensões;
- A razão depois de ter posto cada coisa no seu lugar, também entra no seu lugar sob comando da Razão suprema;
- Nota-se uma exploração intensa e racional dos recursos materiais e humanos para a elevação harmoniosa do nível da vida do homem na terra;
- Há um esforço sempre crescente e finalizado na hierarquização dos deveres e dos direitos do homem;
- Há uma interacção positiva do ser, do saber, do ter, etc;
- Há um conhecimento e apropriação da doutrina social da Igreja;
- Há um empenho na transformação da vida social à luz da doutrina social da Igreja.

## Conclusão

O serviço como actuação concreta em vista do renascimento do *Homem Negro*, e da implementação da justiça, da paz e do desenvolvimento integral representa um *reforço positivo* no plano humano e espiritual e um convite para que o *Homem Negro* saiba transcender realisticamente a dramaticidade da existência e os condicionalismos socio-políticos, tendo em conta a sua espiritualidade e pelo facto de ser destinatário da acção salvífica de Jesus Cristo (Exortação post-sinodal *Ecclesia in Africa* 27). Por outro lado, o serviço, enquanto expressão concreta da caridade cristã, é uma verdadeira exaltação da divindade e humanidade, segundo a ordem hierárquica, e, ao mesmo tempo, uma reposição contínua e não-violenta da ordem no seio da sociedade humana (Carta encíclica, *Deus Caritas est*, 31). O serviço é justificável humana e religiosamente, quando constitui um modo de restituir ao ser humano a sua dignidade negada, ajudá-lo a assumir o protagonismo na gestão da sua vida e a ser sensível à presença edificante e protectora do Emanuel (Deus conosco). Ele quer ser uma modesta ajuda no sentido de garantir a perpetuidade no tempo e no espaço, com pertinência e urgência, o valor e as consequências inadiáveis e inestimáveis da Encarnação do Filho de Deus.

O cristão, ao prestar servir nas suas diversas formas, em nome da sua fé e dos valores humanos, partilha, com o seu semelhante, o que ele é e tem (Exortação post-sinodal *Ecclesia in Africa* 138-139), e devolve a Deus, em termos de gratidão, o que lhe foi dado por Deus, como capital a fazer render, com maior criatividade e seriedade, durante a sua permanência neste mundo. O serviço, traduzido em termos de esforço para o renascimento do *Homem Negro*, para a efectivação da justiça, para a consolidação da paz e para a luta, sem trégua, pelo desenvolvimento integral do homem passa, através de uma acção concertada, alicerçada sempre nos valores autênticos, adaptada às exigências legítimas e tendo como parâmetro a intenção do criador e a verdade do homem.

Servir, para o cristão, não é só uma simples filantropia, mas também a caridade: “Amai-vos uns aos outros como eu vos amei” (Jo 15,16). Só é disposto a entrar nesta lógica quem compreende que viver é conviver na responsabilidade, na corresponsabilidade (Gn 8,5; GS 12) e na oblatividade.

A interactividade simétrica entre o renascimento do *Homem Negro*, a Justiça, a Paz e o Desenvolvimento integral, como resposta à unidade na diferenciação, exige a conversão da inteligência, da vontade e da sensibilidade, o espírito de sacrifício, o realismo crítico, a fidelidade aos valores espirituais e morais e a redefinição da própria história.

O esforço para o renascimento do *Homem Negro*, e para a implementação e consolidação da justiça, da paz e do desenvolvimento integral, pode ser equiparado ao exercício

